



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas- IH
Departamento de Serviço Social

A atualidade de Paulo Freire no Serviço Social do Coletivo da Cidade: uma
análise da atuação profissional em seu caráter educativo

Discente: Fernanda Arrechea

Brasília
Março, 2013

Fernanda Arrechea

A atualidade de Paulo Freire no Serviço Social do Coletivo da Cidade: uma
análise da atuação profissional em seu caráter educativo

Monografia apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social
pelo Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília – UnB.

Orientadora: Profa. Ms. Kênia Augusta Figueiredo

Brasília
Março, 2013

Fernanda Arrechea

A atualidade de Paulo Freire no Serviço Social do Coletivo da Cidade: uma análise da atuação profissional em seu caráter educativo

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB.

Orientadora: Profa. Ms. Kênia Augusta Figueiredo

Banca Examinadora

Profa.Ms. Kênia Augusta Figueiredo (Orientadora)

SER/UnB

Prof.Dr. Reginaldo Guiraldelli

SER/UnB

Assistente Social Libele Wolkmer

Coletivo da Cidade

Brasília, ____ de _____ de 2013.

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise sobre o caráter educativo do Serviço Social, bem como a sua relação com o pensamento de Paulo Freire, buscando apreender como suas ideias ainda hoje permeiam a ação profissional. Tal análise é feita no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social do Coletivo da Cidade, entidade localizada na Cidade Estrutural (DF) que atua com crianças e adolescentes no contraturno escolar, marcada por histórico de mobilização social e participação comunitária. Para apreender a prática pedagógica do assistente social e a sua relação com as ideias de Paulo Freire, faz-se a análise de duas atividades desenvolvidas: a Orientação com as Famílias, que tem como objetivo discutir temas coletivamente, e os Acolhimentos, que objetivam instituir um contato inicial, sendo realizado com o responsável da criança ou adolescente, após a matrícula, a fim de obter informações acerca da situação socioeconômica familiar. Faz-se um resgate histórico das nuances ideológicas por que passou a profissão, em seu caráter educativo, situando-o na contemporaneidade, vinculado às dificuldades trazidas pelas transformações societárias recentes dadas pela conjuntura neoliberal, que traz novos desafios ao exercício profissional crítico.

Palavras-chave: Serviço Social. Função educativa. Paulo Freire. Coletivo da Cidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 CAPÍTULO 1: O SERVIÇO SOCIAL, EM SEU CARÁTER EDUCATIVO, DESDE OS PRIMÓDIOS ATÉ A CONTEMPORANEIDADE	9
2.1 O Serviço Social e a ruptura com a alienação	9
2.2 A influência de Paulo Freire	15
2.3 O Serviço Social Contemporâneo e a ação educativa do assistente social	16
3 CAPÍTULO 2: A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO	22
3.1 A concepção bancária da educação e a ação anti-dialógica	27
3.2 A dialogicidade: essência da educação como prática de liberdade	28
4 CAPÍTULO 3: O COLETIVO DA CIDADE E A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM SEU CARÁTER EDUCATIVO	30
4.1 A Cidade Estrutural e o surgimento do Coletivo da Cidade	30
4.2 O Serviço Social no Coletivo da Cidade	38
4.3 A ação educativa do assistente social no Coletivo da Cidade	43
4.3.1 A Orientação com as Famílias	43
4.3.2 Os acolhimentos	49
4.3.3 O Serviço Social no Coletivo da Cidade, em seu caráter educativo, e sua relação com os elementos de Paulo Freire	51
5 CAPÍTULO 4: CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	66

1-INTRODUÇÃO

As transformações societárias dadas pela conjuntura neoliberal se expressam diretamente nos processos de trabalho do assistente social. Em meio a manifestações da questão social postas pela crise estrutural capitalista, que oculta os verdadeiros complexos sociais, o fetiche da prática se apossa dos assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência e prontidão para ações, roubando possibilidades de experimentação de novas estratégias que vão além das demandas institucionais.

O caráter educativo da profissão consiste em ações profissionais que atuam no campo das ideias, conhecimentos, valores e cultura possibilitando novas ações, transformadoras da realidade social. Está situado no âmbito da desmistificação dos fenômenos sociais, encobertos pela cultura da dominação. Não tão estudado no âmbito da graduação, torna-se necessário realizar trabalhos que possam publicizar o exercício profissional na área.

Em tempos onde o exercício de uma prática profissional realmente crítica é dificultada perante tantos desafios postos à profissão, como fica a execução da concepção educativa do Serviço Social?

Paulo Freire, em sua influência no Serviço Social, teve suas contribuições quase que esquecidas no âmbito da profissão, ao longo das últimas décadas. Seu pensamento permite a articulação da profissão com a educação popular, comunicação, cultura política, hegemonia, entre outros. Por isso, recoloca-se o pensamento desse autor na totalidade social, tentando recuperá-lo, historicizando seus discursos.

O Coletivo da Cidade é uma entidade que atua com crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, no contraturno escolar, promovendo atividades culturais, educativas e artísticas, de modo que as crianças possam ampliar suas potencialidades. Localizado na Cidade Estrutural, no Distrito Federal, o Coletivo nasce fruto de um processo de ampla mobilização social e participação comunitária.

Nesse estudo me proponho a analisar como se dá o caráter educativo da profissão, no Serviço Social do Coletivo da Cidade, bem como a sua relação com o pensamento de Paulo Freire. Essa análise se dá, primeiramente, a luz de uma apreciação crítica da função pedagógica do assistente social desde seus primórdios, compreendendo as nuances ideológicas por que passou a profissão. Em seguida, faz-se um resumo da

obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, já que ela abarca grande parte do pensamento freiriano. Por fim, apresenta-se o Coletivo da Cidade em seu funcionamento, bem como o resultado da pesquisa.

Em decorrência de minha inserção na disciplina “Estágio em Serviço Social 1”, durante o período de março a julho de 2012, e em “Estágio em Serviço Social 2”, durante o período de julho a março de 2013, a metodologia adotada foi a observação participante.

Para apreender a relação da prática pedagógica do assistente social do Coletivo bem como sua relação com as ideias de Paulo Freire, fez-se a análise de duas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social do Coletivo da Cidade.

A primeira atividade analisada foi a Orientação com as famílias, que promove diálogo entre o Coletivo da Cidade e as famílias dos educandos. Estive presente no processo de planejamento e na execução da atividade. Fazem parte da análise minhas observações e considerações, feitas a partir de um roteiro de análise, em anexo.

A segunda atividade analisada foi o Acolhimento, realizado com as famílias depois que o educando é matriculado, cujo objetivo é colher algumas informações sobre ele e sua família. Foram analisados os quatorze acolhimentos em que participei durante a vivência do estágio. Tal análise foi feita com o auxílio de um roteiro de reflexão, em anexo. Fez-se uma revisão das anotações e observações registradas por mim e pela assistente social, tendo em vista identificar como se dá a função pedagógica do assistente social nesta atividade, vinculada ao pensamento de Paulo Freire.

O estudo está dividido em três capítulos. O primeiro deles tem como objetivo mostrar as ideologias predominantes no Serviço Social, desde os primórdios até a Contemporaneidade, aliadas ao caráter educativo da profissão. Primeiramente, se fez um resgate histórico das características do Serviço Social quando surgiu no Brasil, ressaltando a transição da lógica positivista para a lógica dialética e a aproximação do marxismo, marcadas pelo Movimento de Reconceituação. Em segundo momento, foi situado o Serviço Social na Contemporaneidade, bem como as características da ação educativa nesse período.

O segundo capítulo realizou um apanhado das principais ideias contidas em uma das obras mais importantes de Paulo Freire: *Pedagogia do Oprimido*, mostrando os limites de uma educação de ajustamento, ao mesmo tempo em que evidenciou o

potencial da educação libertadora como base para a formação de cidadãos atuantes na realidade social, se dada credibilidade ao povo e aos homens.

O terceiro capítulo descreveu, em primeiro momento, o Coletivo da Cidade, desde o seu surgimento, até o seu efetivo funcionamento, situando-o dentro da Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004). Em segundo momento, descreveu-se como se deu o Serviço Social dentro da entidade. Em terceiro e último momento, foi realizada a análise de como se deu o exercício educativo da profissão, mais especificamente das duas atividades escolhidas.

2- CAPÍTULO 1: O SERVIÇO SOCIAL, EM SEU CARÁTER EDUCATIVO, DESDE OS PRIMÓRDIOS ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

2.1 O Serviço Social e a ruptura com a alienação

O Serviço Social nasceu no final do século XIX, na passagem do capitalismo concorrencial para o estágio monopolista. A Revolução Industrial possibilitou tecnologias mais avançadas, contribuindo com a expansão, acumulação e centralização de capitais. A questão social era tomada pelo desemprego, miséria generalizada e inúmeras contradições surgidas.

O Serviço Social surgiu como forma de solidariedade ao pauperismo, expressão das desigualdades cada vez mais evidentes, oriundas da relação entre capital e trabalho, sendo permeado por princípios da ajuda e filantropia. A preocupação com a vida espiritual, advinda do Cristianismo, trazia a necessidade de justiça social.

O processo revolucionário da década de 1920, influenciado por ideias comunistas, fez emergir inúmeros conflitos e movimentos políticos e reivindicatórios. No Brasil, o Serviço Social surgiu a partir de iniciativas de setores da burguesia brasileira, na década de 1930, influenciado pelo Serviço Social Europeu e pela Igreja Católica.

A instauração do Estado Novo em 1937 trouxe condições propícias à profissionalização do Serviço Social. O governo populista que assumira o poder logo após a Revolução de 1930 reconheceu a existência da questão social, que passou a ser questão política a ser enfrentada pelo Estado. O assistente social, na emergência do Serviço Social no Brasil, nasceu da necessidade de um profissional que fosse capacitado para auxiliar a promover o bem-estar social.

Os assistentes sociais transmitiam princípios filosóficos e moralizantes influenciados pela “ação cristianizadora do capitalismo”, difundindo a visão capitalista na classe trabalhadora e na sociedade como um todo. Por trás disso, havia uma visão de paz e ordem social, bem como a de um Estado paternal por parte da classe dominante. Como consequência, tinha-se uma prática profissional que acabava por amenizar os conflitos surgidos entre a classe operária. O assistente social estava situado em uma perspectiva de ajuda e de preservação da ordem social, com uma mistificada ilusão de servir.

A identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital. Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade. (MARTINELLI, 1991, p.124)

Martinelli (1991) aponta que a função do assistente social surgiu com uma função econômica, de fundo ideológico, muito mais do que pela função social. Isso ocorreu na medida em que a prática do assistente social estava ligada, por exemplo, à concessão de serviços e benefícios que acabavam “escondendo” os problemas da dominação burguesa e dificultando possíveis contestações. Nesse processo, já se percebem traços do que Gramsci denomina como Revolução Passiva¹, em que a classe dominante tenta interferir na formação das forças para que haja enfraquecimento e conciliação, havendo uma modificação da estrutura com o objetivo de conservar a ordem.

Como reflexo dessa alienação da categoria, os assistentes sociais não tinham uma verdadeira identidade aliada à trama das relações sociais. A identidade pertencente a eles não fora construída por eles próprios, mas fora reflexo dos interesses hegemônicos da classe dominante. Nesse sentido,

A alienação presente na sociedade capitalista, tendo encontrado a base social necessária, penetrou na consciência dos agentes profissionais, constituindo sério obstáculo para que pudessem estruturar sua consciência política, sua consciência social. (MARTINELLI, 1991, p.128)

A partir de 1940, o Serviço Social brasileiro incorporou a teoria social positivista como primeiro referencial teórico-metodológico, influenciado pelo Serviço Social americano. Permeado pela psicologização das relações sociais, o Serviço Social

¹ Gramsci define revolução passiva como uma “revolução-restauração”, em que há pequenas transformações por parte da classe dominante que modificam lentamente as relações de força para neutralizar os conflitos. Ver *Cadernos de Cárcere, de Antonio Gramsci*. Sobre as revoluções passivas no contexto histórico brasileiro, ver Luiz Werneck Vianna (1997): *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à brasileira*.

situava-se no âmbito do conservadorismo, pois desviava os problemas sociais, metamorfoseando-os em problemas individuais isolados. Havia a utilização de métodos, como a orientação psicossocial para a solução de problemas afetivos e emocionais, numa tentativa de ajustamento do indivíduo à sociedade, enfocando “indivíduos-problema”, sem atentar para questões mais amplas, como problemas estruturais.

O Serviço Social brasileiro apropriou-se da metodologia norte-americana, utilizando o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Tais métodos foram baseados em conhecimentos advindos da sociologia, buscando uma compreensão do contexto social em que estava inserido o indivíduo, bem como de teorias da psicologia, que buscavam compreender o comportamento dos clientes. Tal compreensão era necessária para a criação de soluções, já que a finalidade dos métodos consistia em uma melhor adaptação dos clientes ao funcionamento da sociedade. Uma perspectiva educativa não crítica, baseada em uma concepção funcionalista, no sentido de oferecimento de oportunidades de mudança por parte dos assistentes sociais, em busca de ajustar os indivíduos e ajudá-los a se adaptarem melhor à sociedade, marcou o caráter do exercício profissional da época.

Segundo Andrade (2008), as concepções de homem e de sociedade, legitimadas pela tríade neotomismo/pensamento conservador/positivismo eliminavam, no âmbito da formação e do exercício profissional, a compreensão sobre as condições de exploração capitalista, o caráter contraditório da prática profissional e sua participação no processo de dominação e manutenção da ordem burguesa e a existência da dimensão ético-política da prática profissional, em nome de uma neutralidade axiológica, afinada com a necessidade de legitimar a suposta ‘face humanitária’ do Estado e do empresariado.

A compreensão política e histórica da totalidade e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão não alienada era afastada por valores conservadores que permeavam à sociedade, avessos à ideia de mudança e a favor da manutenção do *status quo*.

As profundas alterações no quadro estrutural e conjuntural brasileiro, efeitos das crises políticas, econômicas e sociais, como a Primeira Guerra Mundial e a crise econômica de 1929-1930, fizeram emergir ideias socialistas e primeiras manifestações de possível rompimento com a alienação. Segundo Martinelli (1991), a ruptura com a alienação expressou o resultado de uma busca consciente de superação da atitude

contemplativa, imediata e superficial, e do pensamento abstrato, esvaziado de conteúdo, reflexão e crítica. Foi fruto de um movimento coletivo, em que houve busca de uma compreensão da realidade e produção de uma práxis humana crítica e revolucionária.

A partir desse momento, no Brasil, a base crítica dos assistentes sociais se expandiu e o esforço destes se fez no sentido de combater formas reificadas da prática que vinham marcando sua caminhada profissional.

Porém, na década de 1960, a influência da teoria da modernização das ciências sociais aliada a novos ritmos de desenvolvimento, permeados pela ideia de atualização e renovação de velhas práticas, influenciou o Serviço Social a buscar inovações, no sentido de aprimorar suas velhas práticas.

Eis que surge o movimento denominado “atualização do conservadorismo”, que objetivou a atualização da questão metodológica da profissão, por meio do aperfeiçoamento técnico-instrumental, com a revisão dos métodos e técnicas utilizados no exercício profissional. Netto (1975) aponta que a preocupação sobre a função social do Serviço Social, a análise de seus valores ideológicos, o tratamento de suas implicações sociopolíticas, tudo isso foi substituído pelo excessivo cuidado com o instrumental que deveria ser utilizado no exercício profissional.

Pode-se perceber que a ruptura com a alienação não se deu a partir de uma data ou momento específico. Ao final do tempo aqui mencionado: anos 1940 até alguns anos pós-ditadura, mesmo com esse crescimento da massa crítica de profissionais de Serviço Social, a profissão continuava ainda em um espaço de “não identidade”, formada ao mesmo tempo por agentes críticos e por agentes pertencentes e influenciados pela massa alienante e alienadora, intensificada pelo fechamento político-militar da ditadura estabelecida, que procurava recuperar seu domínio de classe. A ausência de identidade profissional fragilizava a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador.

A trajetória histórica do Serviço Social impediu o desenvolvimento de uma consciência social dos agentes, permitindo a penetração da alienação na categoria profissional, aliada ao fetiche da prática, marcando na origem do Serviço Social, uma perspectiva alienada, alienante e alienadora, permitidora da manutenção da ordem. Uma maior aproximação com a perspectiva crítica se deu a partir do movimento de Reconceituação.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano iniciou-se efetivamente na década de 1960, a partir da influência de ideologias progressistas que incitaram a busca de um novo Serviço Social. O processo de revisão crítica do Serviço Social, marcado pela ruptura com o conservadorismo e com o Serviço Social tradicional, foi fruto desse movimento, marco na profissão, em que houve a aproximação do Serviço Social com a perspectiva marxista e com a lógica dialética, alterando assim o caráter educativo da profissão.

A dominação político-ideológica dos países latino-americanos, submetidos à hegemonia norte-americana, mantinha as classes dominantes no poder. Porém, com as contradições do capital cada vez mais aguçadas, tornava-se mais difícil ocultá-las, influenciando a emergência de movimentos sociais e lutas políticas contrárias ao sistema vigente, questionando o Serviço Social da época.

Surgiram pessoas, ideias e movimentos que objetivavam o processo de uma real revisão crítica do caráter profissional, bem como de seus fundamentos teórico-metodológicos. Um Serviço Social, re-atualizado em suas práticas tradicionais, por meio da negação de sua prática conservadora e do Serviço Social tradicional, tendo como preocupação pertinente à profissão não apenas questões metodológicas, mas principalmente a construção de teorias que pudessem subsidiar a prática profissional, começava a ser pensado. Tal movimento revelou-se, posteriormente, em aprofundamento teórico rigoroso e prática renovada, a partir da aproximação do marxismo e da lógica dialética.

O contexto latino-americano que possibilitou a emergência do movimento era repleto de disparidades sociais cada vez maiores, péssimas condições de vida, de descontentamento que gerava impulso de romper com as amarras imperialistas, incitando a busca de uma alternativa societária à sociedade do capital, excludente, concentradora e exploradora. Iamamoto coloca que

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como um procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se objetivamente, a serviço do interesse dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p.36)

A prática profissional do assistente social, como se percebe, desde o início da constituição da profissão foi norteada por teorias sociais (cristalizadas ou não) e por valores e padrões de moralidade que dão suporte a uma percepção em relação ao mundo, os quais reverberam nas práticas. Por seu componente ontológico, a teoria social é parte integrante da concepção filosófica de mundo dos sujeitos e está condicionada pela posição e função que estes exercem na estrutura social e pelo modo de inserção no processo de produção, “manifestando-se tanto no plano conceitual, emerge também ao nível do comportamento real, econômico, social e político do sujeito e encontra-se na base das ciências humanas e de seus métodos” (BAPTISTA, 2009, p.31).

A lógica positivista, anteriormente mais difundida no meio profissional, parte do pressuposto de que as ciências sociais caminham como as ciências naturais, em que a lógica impera, não havendo espaço para contradições. A explicação da realidade se dá limitada ao observável, na medida em que os fatos falam por si mesmos, devendo o cientista atuar de maneira neutra e imparcial sem cair na tentação de ultrapassá-los. Os fatos e as necessidades sociais são inteiramente inteligíveis, não havendo motivo para buscar fora deles próprios a sua razão de ser, pois seu valor útil já basta. Tal posicionamento teórico-metodológico implica em processos não reveladores da realidade dinâmica em sua complexidade, na medida em que o âmbito da aparência não é ultrapassado, traduzindo a preocupação em torno da imediatez que permeava as ações profissionais.

A lógica dialética, ao contrário da lógica positivista, não reduz os fatos à aparência, tendo como objetivo ultrapassá-la, chegando à essência daqueles. “Esse processo dialético de conhecimento obedece ao movimento que ascende do abstrato (real caótico): representação caótica do real ao concreto (real pensado), combinando representações ideais com observações empíricas.” (PONTES, 2002, p.40). Isso significa a passagem de um estado de não compreensão dos fatos (caos) a um estado de compreensão, realizado a partir da razão, que captura as determinações, desmistificando a realidade social e os fenômenos sociais (real pensado). Assim, tem-se como objetivo uma real apreensão da realidade, síntese de múltiplas determinações, complexa e dotada de contradições, em que os fatos não são tidos como fundamentos únicos do horizonte

analítico. É importante levá-los em consideração, mas deve-se ir além dele, pois indicam uma relação complexa.

No pensamento marxista, a lógica dialética é assumida como método para a análise concreta dos fatos reais, entendendo como método não um conjunto de técnicas de intervenção, nem um aparato de categorias analíticas, mas como a maneira de pensar a relação dos homens na sociedade, tendo por ponto de partida a análise crítica de dados factuais. Nesse processo, o sujeito que pesquisa deve ser fiel ao objeto pesquisado, sendo que esta fidelidade não significa retratar o objeto, mas, a partir de sua apreensão, desmontá-lo (analisá-lo) para compreender seu movimento e estrutura. (BAPTISTA, 2009, p.47)

2.2- A influência de Paulo Freire

O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social latino-americano, além da influência marxista que o fundamentou, recebeu, por meio de alguns grupos que compuseram o movimento, influência de Paulo Freire. No Brasil, em Recife, trabalhou junto às assistentes sociais do Serviço Social da Indústria- SESI. Em seu exílio no Chile, teve também contato com assistentes sociais, podendo expor seus trabalhos na área da educação: os métodos de alfabetização e conscientização. Em contato com assistentes sociais chilenas, Freire percebeu o Serviço Social do Chile com tendências mais progressivas que o Serviço Social brasileiro. Segundo ele, isso se deu devido ao contexto social distinto que vivenciava o Chile.

Influenciado pelo pensamento marxiano, Freire reconhece os sujeitos como ativos na história, questionando a neutralidade do Serviço Social. Reafirma a necessidade de se ter um posicionamento e opções políticas, que irão determinar o método, papel e técnicas de atuação do assistente social. As ideias de Paulo Freire ajudam a formar a dimensão política e educativa da profissão. Segundo Barbosa (1997), temas como a conscientização, o diálogo e o desvelamento crítico da realidade são temas advindos de sua influência.

Barbosa aponta que

O questionamento da tradicional prática social e a formação de uma nova visão de mundo e de sociedade levaram a uma redefinição da profissão. O papel de educador político, os objetivos da ação, definidos por conscientização, organização e mobilização das classes

populares, conjugados ao novo conjunto teórico que fundamentava a formação e a ação dos novos assistentes sociais eram alguns dos componentes básicos que sustentavam o compromisso ideológico então assumido pela profissão. (BARBOSA, 1997, p.26)

A aproximação com o marxismo, aliado à negação da neutralidade anterior da profissão, revela a possibilidade de articulação profissional com o projeto de uma das classes, dando início ao debate político da profissão. A construção da nova moralidade profissional, relacionada à participação política e vinculação com a classe trabalhadora, influenciada pela educação popular de Paulo Freire, traz uma nova identidade profissional, que visa à garantia dos direitos por meio do engajamento político e ação educativa.

Diferentemente da concepção anterior da dimensão educativa da profissão, que tinha o assistente social como coordenador e orientador na perspectiva de amenizar conflitos em situações-problemas dos indivíduos, grupos ou coletividades, a partir de visões muitas vezes moralizadoras, elitistas e preconceituosas, a nova concepção de ação educativa era teoricamente vinculada ao compromisso com a classe trabalhadora, democrática e horizontal.

2.3- O Serviço Social Contemporâneo e a ação educativa do assistente social

A reflexão sobre o significado social da profissão na contemporaneidade não se enquadra em teses unilaterais, tendo-se alterado ao longo da história. Em primeiro momento, no âmbito do conservadorismo e da alienação, tinha-se o assistente social como instrumento exclusivo do poder dominante. Em segundo momento, de aproximação com a perspectiva crítica e fruto do Movimento de Reconceitualização, criou-se a visão do assistente social “revolucionário” e “militante”, comprometido com a classe trabalhadora.

Hoje, tem-se a perspectiva do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tida como especialização do trabalho coletivo, tendo como objeto de atuação as expressões da questão social. Nesse sentido, Iamamoto (2004) aponta o caráter contraditório da prática profissional nas relações sociais. O assistente social trabalha na tensão entre classes sociais, sendo incluído como classe trabalhadora, permeado por demandas institucionais e sujeito ao estranhamento em relação a sua própria atividade.

Como as classes sociais fundamentais e seus personagens só existem em relação recíproca, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada pelas que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que vivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ao outro pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração, como ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução desse antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história. (IAMAMOTO, 2004, p.99)

A ascensão da ideologia neoliberal, a partir da década de 1990, é envolta em transformações, como as que ocorrem no mundo do trabalho, com alterações no padrão de produção, nos sistemas de gestão e na forma de utilização da mão-de-obra atual. Um exemplo de como isso ocorre é o processo de fragmentação das cadeias produtivas, inserido na reestruturação produtiva por que passa o mundo. Os avanços tecnológicos, como a flexibilização dos transportes, que propicia agilidade e facilidade de locomoção dos insumos, proporciona a fragmentação da cadeia produtiva, em que os produtos ou insumos necessários para a produção de um produto final estão em várias partes do mundo. A descentralização das empresas, fábricas, insumos e produtos traz a exclusão de inúmeros trabalhadores no topo das cadeias globais (onde fica quem controla a produção), pois existem ali poucos empregos que demandam pessoal mais qualificado, além de provocar a migração para países com melhores condições de produção e precarização das condições de trabalho, com o aumento das terceirizações, sub-contratações, sem garantias trabalhistas e baixas remunerações.

As alterações ocorridas no mundo do trabalho, os diferentes modos de produção e a flexibilização da mão-de-obra norteiam o mundo social, política e economicamente. A crise econômica mundial atual gera aumento do desemprego e ambiente recessivo. Nos países centrais, ocorrem várias reestruturações e flexibilização dos processos de trabalho, como contratações em tempo parcial, introdução de novas tecnologias poupadores de trabalho e busca por mão de obra alternativa mais barata. São essas relações que estão profundamente ligadas à centralidade do trabalho, questão ainda fundamental na compreensão da sociedade contemporânea.

Relacionando tais transformações ao âmbito da cultura, vê-se que se estabelece um novo conformismo social, decorrente das novas estratégias de ocultamento das contradições e consequências da acumulação de capital. Dupas (2001) define isso como “subsunção real do trabalho ao capital”. As empresas cada vez mais promovem a sensação de “bem-estar” ao trabalhador, promovendo uma gestão democrática, agradáveis locais de trabalho e incentivando-os a serem pró-ativos no padrão de produção, nos sistemas de gestão e na forma de utilização da mão-de-obra atual, constituindo estratégias de reorganização da cultura dominante face à necessidade de legitimação da “nova” racionalização do processo produtivo e do trabalho. Isso reflete em trabalhadores com baixos salários, com poucos direitos garantidos, mas imobilizados politicamente e fragmentados.

Como isso reverbera no exercício profissional do assistente social, especialmente no exercício de sua função educativa na atualidade? Constituída como mediação, a ação educativa do assistente social dá-se pela troca de saberes entre assistentes sociais e usuários. A ação educativa do assistente social está situada em campos de mediações estabelecidos, em que se torna possível a captura da razão, muitas vezes ocultas sob os fatos sociais, permitindo o desvelamento dos complexos sociais por meio da cultura. Uma das formas de manifestação do papel de educador político do assistente social pode-se dar no sentido da apreensão feita a partir da reprodução do concreto (síntese de múltiplas determinações) por meio do pensamento, a partir de mediações, em que desperta o papel ativo da consciência do sujeito social na construção/transformação da realidade, atentando sempre às diversas formas de resistência e enfrentamento por parte do neoliberalismo.

Nas bases do pensamento crítico-dialético do Serviço Social, tem-se que tanto as ações materiais como as ações de cunho sociopolítico estão ligadas à reprodução material e social da força de trabalho. O Serviço Social e a educação constituem-se como mediações necessárias para a construção de uma sociedade emancipada.

Entre a sociedade regida pelo capital e a emancipação humana se interpõe ‘apenas’ a decisão coletiva de superar o período marcado pela exploração do homem pelo homem (por mais complexo que seja o processo histórico desta “decisão coletiva”). Ao fim e ao cabo, ao afirmarmos o Serviço Social (e também, a educação) como mediações para a construção de uma sociedade emancipada, estamos afirmando uma tese filosófica das mais ricas em consequências ideológicas:

como nós fazemos a nossa história, se decidirmos superar o capital este será superado do mesmo modo como a humanidade deixou para trás o machado de bronze ou a sociedade feudal. (LESSA, 1999, p.5-6)

Ferramentas de condução à conscientização, permitidoras de crítica e redimensionamento das situações vivenciadas, feitas por meio da intervenção do papel de educador político do assistente social, contribuem para a construção de uma sociedade emancipada. A função pedagógica desempenhada pelo Serviço Social está ligada à formação da cultura dos sujeitos envolvidos em que símbolos, sistemas de significações, práticas e produções materiais influenciam ideologias, modos de pensar e agir, condutas e subjetividades. A cultura, ou ação cultural, como denomina Paulo Freire, está amplamente ligada aos processos de hegemonia e contra-hegemonia, podendo estar voltada tanto à libertação como à dominação, contribuindo ou não para a formação de agentes críticos.

O caráter educativo da profissão forma-se a partir do amadurecimento teórico-político nos anos 80, em que se amplia o compromisso político com as classes trabalhadoras pela inclusão de valores ético-políticos emancipatórios. Há um distanciamento das antigas práticas, permeadas pela ideia de ascensão individual, inviabilizadoras de qualquer forma de pensar que visasse uma transformação que saísse do âmbito individual. A partir desse amadurecimento, uma pedagogia emancipatória que visa contribuir para a formação de consciência crítica, autonomia e emancipação dos usuários, por meio do desvelamento da realidade contraditória, produtora e reprodutora de desigualdades, passa a constituir os campos de intervenção do Serviço Social, possibilitando aos usuários maior participação política e ampliação das possibilidades de acesso.

A ação educativa do Serviço Social é parte integrante do processo de politização no enfrentamento das relações sociais, por meio de estratégias emancipatórias de reprodução e controle social pelas classes sociais e sua intervenção consciente no movimento histórico como conduto e possibilidade de recuperação entre o agir e o pensar, constituição de um novo homem-base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta.

O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, aprovado em 15 de março de 1993, orienta o caráter educativo da profissão. O estímulo à participação

política para a ampliação e consolidação da cidadania, à liberdade, à autonomia e à emancipação são princípios que devem nortear as ações educativas da profissão. Miotto (2009) aponta dois pilares que dão sustentação a esses princípios: a socialização de informações e o processo reflexivo.

O direito à informação é um direito civil, político e social, essencial ao desenvolvimento da cidadania. A questão da socialização das informações é de grande importância, na medida em que a população em geral não tem acesso a informações básicas, como, por exemplo, o conhecimento dos seus direitos previstos na Constituição e dos procedimentos necessários para acesso a eles. A partir do momento em que o sujeito tem acesso a informações desse tipo, há o fortalecimento de suas possibilidades de inclusão e de mudança de realidade.

O que se destaca nesse processo é a importância da socialização de informações como facilitadora da garantia do direito. Para tal, pode-se utilizar o conhecimento e a linguagem como instrumentos de trabalho.

O processo reflexivo está relacionado à formação da capacidade crítica dos sujeitos. Dialogando com Paulo Freire (1980), destaca-se o processo da conscientização, em que há ação-reflexão sobre o mundo com vistas à transformação, e o da autonomia, em que os sujeitos tornam-se capazes de eleger seus próprios objetivos. De acordo com Faleiros (2002, p.63): “O fortalecimento da autonomia implica o poder viver para si no controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências.”

O processo reflexivo pode ser realizado por meio de ações “facilitadoras” por parte do assistente social, como apontar outras causas para os problemas, facilitar o contato com a rede dos sujeitos, entre outros.²

As ações educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais incidem no campo do conhecimento, da cultura e dos comportamentos, buscando a constituição de sujeitos autônomos e emancipados, por meio de questionamentos e críticas ao senso-comum e superação da alienação, com vistas a uma sociedade emancipada. Objetivando não possuir caráter disciplinador e respostas apenas pontuais e imediatas, as ações educativas estimulam o processo de entendimento da essência dos fatos, superando o âmbito que concebe os fenômenos pela aparência. Interfere-se assim na correlação de

² Deve-se atentar para que se estabeleça um processo horizontal entre todos e que não se crie uma hierarquia e imposição de pensamento por parte do assistente social.

forças da sociedade, reverberando em maior participação política e mobilização social.³
Para Cardoso (1995 apud ABREU, 2009, p.603):

Se privilegiada a concretização dos interesses das classes subalternas, a função de mobilização social desempenhada pelos assistentes sociais direciona-se para o fortalecimento dos espaços de luta de classes, onde é possível geral e socializar conhecimentos, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia das referidas classes.

Grandes desafios são postos ao exercício da função pedagógica do assistente social. Permeado pelo padrão de política social hegemônico da contemporaneidade, marcado por políticas privatistas e assistencialistas, o assistente social deve voltar sua atenção para dar respostas profissionais efetivas, que tenham o objetivo de captar e ultrapassar as determinações da realidade social. A realização plena da concepção das práticas educativas só será possível com a ruptura da lógica tradicional dos processos socioassistenciais: se for permitido ao assistente social a construção de sua autonomia relativa para que possa imprimir direção a seu trabalho, afirmando-se como sujeito profissional capaz de criar de novas estratégias de intervenção profissional.

³ A ideia não é responsabilizar os indivíduos pela condição em que se encontram. Nos processos em que se realça a importância da conscientização e a autonomia dos sujeitos, deve-se atentar para não haver responsabilização do indivíduo de sua própria condição, com a consequente desresponsabilização do Estado.

3- CAPÍTULO 2: A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

Paulo Freire, um dos maiores intelectuais de nossa história, escreve *Pedagogia do Oprimido*, em 1970, no Chile, durante seu exílio, em um contexto de efervescência da sociedade, em que pulsavam questionamentos de toda parte. O movimento estudantil e o movimento *hippie* estavam em cena. A luta pela democracia, o combate ao machismo e às opressões também se mostravam presentes.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire analisa a condição humana: o homem, em suas dimensões ontológicas, éticas, políticas, entre outras; em sua relação com o mundo, ao ter consciência de si e de sua história, pode superar sua desumanização.

A obra traz a educação libertadora como forma de desmistificação das contradições do mundo humano, constituindo-se ferramenta para transformações, e se dá por meio da práxis, em que há ação-reflexão sobre o mundo, libertando e humanizando os homens, na medida em que se descobrem sujeitos de sua própria destinação histórica. O caminho para tal é o diálogo, em que têm a oportunidade de se situar historicamente, descobrindo-se parte de uma cultura de dominação. A partir dessa conscientização, podem agir criticamente sobre o mundo e transformá-lo.

Tal pedagogia parte da crença de que a sociedade está dividida em opressores e oprimidos. Os oprimidos, inseridos em condições objetivas de dominação, têm o poder, que nasce dessa própria debilidade, de restaurar a humanidade nos homens. Quem melhor do que eles para perceber a opressão e compreender a necessidade da libertação? “Os caminhos da liberação são os do oprimido que se libera: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsavelmente.” (FREIRE, 2011, p.11). Os homens, opressores e oprimidos, só serão libertos na medida em que se descubram sujeitos de sua própria destinação histórica.

O humanismo pedagógico tem o objetivo de possibilitar aos homens condições de se re-existenciarem criticamente, permitindo que possam saber e dizer a sua própria palavra para assim, restaurarem sua condição de humanos. No prefácio da obra, o professor Ernani Maria Fiori observa:

Paulo Freire não inventou o homem; apenas pensa e pratica um método pedagógico que procura dar ao homem a oportunidade de re-descobrir-se através da retomada reflexiva do próprio processo em que

vai ele se descobrindo, manifestando e configurando-‘método de conscientização’. (2011, p. 20)

Ernani observa também que o método de Paulo Freire é de cultura popular: conscientiza e politiza. Freire distingue educação e política, mas acredita que elas estão no mesmo movimento, em que o homem se historiciza e busca ser livre. Segundo Ernani, Freire

Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá os rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, superestruturais ou interestruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante. As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação. Um método pedagógico de conscientização alcança as últimas fronteiras do humano. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. É ‘a educação como prática de liberdade’. (2011, p. 29)

A Pedagogia do Oprimido é realizada quando os oprimidos, tendo sua humanidade “roubada” pelos opressores, constituídos em *ser menos*, desprovidos de voz e opinião, têm a possibilidade de recuperar sua condição humana por meio da transformação em *ser mais*. Tal transformação é feita a partir da reflexão sobre a opressão a que são submetidos os oprimidos. Ao se conscientizarem, podem se engajar na luta por sua libertação.

Porém, essa libertação não é fácil. No oprimido está presente uma dualidade, em que, por mais que se reconheça como oprimido, também possui elementos de opressor, enraizados da cultura. Quem sempre foi reconhecido foi o opressor. Assim, muitos oprimidos, na tentativa de se reconhecerem, identificam-se com esse papel. Essa característica é chamada por Paulo Freire de “aderência” ao opressor. Tal entrave à libertação está relacionado ao “medo da liberdade”:

Os oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão dessa sombra, exigiria deles que preenchessem o ‘vazio’ deixado pela expulsão com outro ‘conteúdo’- o de sua autonomia. (FREIRE, 2011, p.46)

Os oprimidos temem assumi-la também na medida em que lutar por ela consiste em uma ameaça. Tudo o que “tinham” e “sabiam”— que lhes era imposto — já

não consiste mais em sua verdade. “O que fazer agora que sou dono de minha própria vida?” Inúmeros desafios são trazidos quando se adquire consciência crítica.

A libertação, por isto, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor: não mais oprimido, mas homem libertando-se. (FREIRE, 2011, p.48)

Os opressores sempre foram violentos com os oprimidos, pois o mundo da opressão sempre roubou dos oprimidos o direito de ser, o direito de terem sua própria voz, de serem reconhecidos. Para piorar, quando tentam ter voz ou questionar um pouco essa cultura, são tachados de rebeldes, bárbaros ou violentos.

O opressor, quando se conscientiza de seu papel, demonstra solidariedade frente aos oprimidos. Porém, Freire (2011) a denomina de “falsa generosidade”, pois a verdadeira solidariedade exige uma atitude radical, em que há reconhecimento dos oprimidos, privados de dignidade, como sujeitos de direito. No entanto, essa nova condição não interessa ao opressor, já que contraria seus interesses de classe.

Os opressores encaram como “violência” não poder ter mais aquilo tudo o que tinham. Acostumados com um estilo de vida confortável, em que suas necessidades são completamente atendidas e em que outras são criadas, cria-se uma “crença” de que precisam daquilo tudo para viver. Se algumas dessas “necessidades” lhes são tiradas, mesmo que para outros possam ter as necessidades de sobrevivência atendidas, sentem-se “oprimidos”. “É que, para eles, ‘formados’ na experiência de opressores, tudo o que não seja o seu direito antigo de oprimir significa opressão a eles.” (FREIRE, 2011, p. 61).

Tal pensamento faz parte de sua experiência como pertencedores à classe dominante. “Meu direito e minha liberdade devem ser assegurados.” A satisfação e felicidade dadas pelo lucro e pelo dinheiro não pode de maneira nenhuma ser ameaçada. “Por isto é que, para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos. Ser, para eles, é ter e ter como classe que tem.” (FREIRE, 2011, p.63)

É difícil que um opressor tenha vontade de passar ao polo dos oprimidos. Mesmo quando ela existe, ainda é complicado, na medida em que muitas vezes os opressores vêm acompanhados de uma desconfiança do povo, de que ele seja capaz de pensar certo. Por isto, é que esta passagem exige um comungar com o povo e um renascer, no sentido mais profundo.

Os oprimidos muitas vezes caem em um fatalismo, advindo da situação concreta da opressão, historicamente construída, em que acreditam ser esse realmente o seu destino. Além disso, muitas vezes, como já foi dito anteriormente, querem assumir o papel de opressores, mandando em colegas ou impondo alguma opinião, na tentativa de serem reconhecidos.

O próprio reconhecimento dos oprimidos como homens, em sua vocação de *ser mais*, é um desafio, em decorrência da dependência emocional criada, bem como dos fatores já levantados. Por toda a sua vivência, é complicado acreditarem que, sim, têm voz, que são homens dignos de respeito e podem ser ouvidos. É a partir do diálogo e da descodificação, feitos no intento da ação libertadora, que isso se torna possível, reverberando na prática.

A independência e a conscientização dos oprimidos não vêm em decorrência de um convencimento ou de um depósito, mas sim do processo resultante do diálogo, que permite ao oprimido re-significar sua situação no mundo. Analisando-se como sujeito histórico e cultural, na luta por sua libertação, tal transformação se dá no âmbito da práxis, em que subjetividade e objetividade relacionam-se em permanente dialeticidade. Segundo Schnorr (2001, p.86):

A subjetividade é um elemento constituinte do sujeito revolucionário, mas não basta em si mesma. Constitui e é constituída pela realidade. Interfere e é interferida por ela. É condicionada pela realidade, mas é também, intencionalidade, que, consciente de seus condicionamentos, interfere nela, modificando-a. (SCHNORR, 2001, p.86)

A superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, objetivando-a. Simultaneamente, atuam sobre ela. Quando há somente a reflexão, os sujeitos caem em imobilismo. Quando há somente a ação, sem a reflexão, os sujeitos podem cair no que se chama de ativismo, a prática pela prática. Por isso, é tão importante atentar para o processo da ação-reflexão, pois é somente a partir dele que é possível uma verdadeira inserção crítica, que reverbera em ações objetivas,

distinguindo-se do mero reconhecimento de uma realidade, que não conduz a nenhuma transformação da realidade objetiva. “Num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários. Mas a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é quefazer, isto é, quando não se dicotomiza da reflexão.” (FREIRE, 2011, p.55)

Assim, para Paulo Freire, a humanização dos homens é viabilizada pela ação cultural, a fim de enfrentar a cultura da dominação. Tal ação cultural é realizada nos trabalhos educativos e na educação sistemática. Nos trabalhos educativos, se dá o diálogo com as massas no sentido de sua organização, em que há o desvelamento da cultura da dominação e do mundo da opressão, permitindo o comprometimento com a práxis. O segundo momento seria a educação sistemática, em que a pedagogia deixa de ser dos oprimidos e passa a ser dos homens em processo de permanente libertação, só podendo ser mudada com o poder.⁴

A pedagogia do oprimido resume-se, assim, como prática pedagógica em que “educador e educandos (liderança e massas), cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar esse conhecimento.” (FREIRE, 2011, p. 78)

Freire (2011) afirma que somente os oprimidos podem realizar a superação da contradição opressores-oprimidos, na medida em que os opressores só podem prover opressão. A superação vem no sentido de não haver mais opressores nem oprimidos, mas homens libertando-se. Os oprimidos não devem trocar de lugar com os opressores, porque quando existe dominação, perde-se a dimensão humanista da luta e não se pode falar em libertação. Há alguns freios que podem ser colocados aos antigos opressores, para que não voltem a oprimir.

Os freios que os antigos oprimidos devem impor aos antigos opressores para que não voltem a oprimir não são opressão daqueles a estes. A opressão só existe quando se constitui em um ato proibitivo do ser mais dos homens. Por esta razão, estes freios, que são necessários, não significam, em si mesmo, que os oprimidos de ontem se tenham transformado nos opressores de hoje. (FREIRE, 2011, p.60)

⁴ Tal momento só é possível de ser colocado em prática quando se tem poder político.

3.1 A concepção bancária da educação e a ação anti-dialógica

Na concepção bancária da educação, os educadores, tidos como detentores do conhecimento, depositam conteúdos nos educandos, tidos como aqueles que nada sabem. Reduzem o saber e o processo do conhecimento a um mero depósito de conteúdos de sua narração. É nesse sentido que Freire aponta:

Educador e educando se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também. (FREIRE, 2011, p. 81)

A concepção problematizadora, instigadora da problematização e crítica, com uma concepção de saber como busca pelo conhecimento, é oposta à educação bancária, na medida em que esta corrobora com a alienação dos homens. Aquela busca também a igualdade entre educadores e educandos, objetivando uma troca de saberes e não uma imposição de pensamentos e ideias.

Na ação antidialógica, em que não ocorre a problematização das condições concretas entre opressores e oprimidos, os elementos do mundo estão presentes na consciência (presentificação), porém, não estão dentro dela. Tem-se a consciência, mas ela não está dentro do sujeito, não havendo análise profunda desses elementos. Como ação mecânica, a ação antidialógica, estabelece uma dicotomia entre a realidade e a consciência.

A conscientização não se dá na ação antidialógica, porque não há estímulo à reflexão. Os conteúdos, da forma como são dados, não instigam o pensar. O interesse dos alunos não é levado em consideração. As provas estimulam que haja a memorização e não um entendimento real dos fatos.

A relação consciência-mundo, fundamental na ação dialógica, não está presente na ação anti-dialógica. “A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, por outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo.” (Freire, 1921, p.27)

A sociedade revolucionária é incompatível com a educação bancária, pois, para ser ela possível, deve ser formada por sujeitos pensantes e autônomos, capazes de

decidir e eleger sua própria vida. As práticas da ação libertadora não podem jamais ser confundidas com práticas da educação bancária, como *slogans* e depósitos.

Paulo Freire aponta que, ao contrário, na educação problematizadora:

educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os ‘argumentos da autoridade’ já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. (FREIRE, 2011, p.96)

3.2 A dialogicidade: essência da educação como prática de liberdade

Na ação libertadora, a palavra verdadeira está relacionada à práxis, na medida em que “existir humanamente é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*.” (FREIRE, 2011, p.108).

O diálogo, sempre negado aos oprimidos, pela manipulação, pelo uso da força ou domesticação das consciências, é viabilizado na educação problematizadora a partir de uma relação horizontal entre os participantes, em que se estabelece uma relação de confiança, fé, amor e esperança nos sujeitos. Constitui-se ato de criação, permitidor do encontro de dois ou mais sujeitos que, ao pronunciarem o mundo, a partir de suas percepções, o re-significam, o transformam. Segundo Schnorr:

A ação pedagógica libertadora contém em si, como condição fundamental, o diálogo, pois resgata com ele e por meio dele, a condição fundamental para o *ser mais*: o direito à palavra de todos e todas, não apenas para alguns; ninguém tem o direito de dizer a palavra verdadeira sozinho, ou de impô-la aos outros. (SCHNORR,2001, p. 94)

Para que a dialogicidade realmente ocorra, as tradicionais práticas da educação bancária não têm lugar. O ato de levar conteúdos, desconectados da realidade do educando, por puro e simples desejo do educador, sem nenhuma investigação, caracteriza uma situação de manipulação. A dialogicidade começa na investigação dos temas a serem trabalhados.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos-, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 2011, p.116)

Com o intuito de prevenir a invasão cultural e a imposição de ideias, busca-se investigar *com* o povo, *com* os educandos, as contradições existentes em sua situação existencial, concreta. O que se pretende investigar realmente não são os homens, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade: os níveis de percepção dessa realidade, a sua visão de mundo, em que se encontram envolvidos os “temas geradores”. Os temas geradores apontam pensamentos, elementos e contradições que fazem parte do contexto do povo que reverberam em situações-limite, trazendo obstáculos ao processo de humanização. Busca-se, com os temas geradores, o que é significativo para o povo, a fim de que se possa desmistificar e trabalhar esses temas, a partir de uma perspectiva crítica que fuja de visões focalistas. Tal investigação temática faz parte do método de Paulo Freire e reflete seu pensamento libertador.

4- CAPÍTULO 3: O COLETIVO DA CIDADE E A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM SEU CARÁTER EDUCATIVO

4.1 A Cidade Estrutural e o surgimento do Coletivo da Cidade

A ocupação da Cidade Estrutural ocorreu em meados dos anos 1970 como consequência da instalação do aterro sanitário pelo Governo do Distrito Federal - GDF. Algumas famílias com membros catadores de material reciclável fixaram residência no local devido à proximidade do trabalho. Tal ocupação era de baixa densidade populacional e não trazia grandes preocupações para o GDF. Segundo Silva (2008), estima-se que até 1992 a população da Estrutural correspondia a cerca de 800 pessoas.

A partir da década de 1990, a cidade teve um expressivo crescimento, não acompanhado por igual desenvolvimento socioeconômico. Além de ser uma grande região, a Estrutural é também muito jovem, já que cerca de 60% de sua população tem entre 0 e 18 anos.

Enquanto a oferta de serviços é mínima, a demanda referida é vasta, pois, além de ampla população jovem, faltam espaços para promover e incentivar o desenvolvimento da cultura, troca de saberes e lazer locais.

Até a construção recente de quatro escolas, em que a situação foi amenizada, mas não solucionada, a maioria dos estudantes tinha que ser atendido em escolas das cidades vizinhas Guará e Cruzeiro. Todavia, a oferta de atendimento às crianças e adolescentes fora do período escolar é ainda mais reduzida.

O Coletivo da Cidade surgiu a partir da junção de interesses de uma equipe de trabalho experiente na Cidade Estrutural cuja trajetória ali levava mais de cinco anos, em consonância com a comunidade, num processo de mobilização social e participação comunitária.

O grupo que se juntou para o início do projeto participava da Associação Viver, entidade que atua há mais de dez anos na Cidade Estrutural. A Viver foi fundada por membros da Igreja Presbiteriana do Cruzeiro, responsáveis pela sua manutenção legal bem como pela sua estrutura administrativa. A partir de 2008, novos membros passaram a integrar o conselho fiscal, anteriormente não composto por membros atuantes na comunidade ou que trabalhassem diretamente com esse atendimento. A partir desse momento, com a disposição de alguns membros de estarem presentes e mais atuantes na

comunidade, emergiu um novo modelo de gestão, horizontal e participativa, com amplo envolvimento nos processos decisórios.

Os recursos mantenedores da entidade eram provenientes da Igreja Presbiteriana do Cruzeiro. Em 2008, a entidade conseguiu convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST), obtendo maior independência financeira da comunidade eclesial e ampliando para duzentos o número de crianças e adolescentes envolvidos. No ano seguinte, essa quantidade duplicou.

O contato com movimentos sociais que lutavam em prol da garantia de direitos da comunidade fazia-se cada vez maior por parte daqueles membros que estavam envolvidos diretamente com a execução desse atendimento. Formou-se assim um grupo que tinha contato profundo com a comunidade.

A maior parte dos membros do Conselho Diretor, além de não estar diretamente envolvida com essa dinâmica, apresentava resistências quanto ao modelo de gestão. Tanto a comunidade como os funcionários passaram a querer a revisão do estatuto para garantir participação e pesos iguais nos processos decisórios da entidade.

Esse impasse resultou na retirada do então presidente da Associação por parte dos membros do Conselho, respaldados por um estatuto obsoleto, sem a apresentação de nenhuma justificativa plausível. Estavam completamente alheios à realidade da comunidade, preocupados em garantir o poder da Igreja sobre a entidade. Essa decisão autoritária da Igreja gerou descontentamento na equipe, que resolveu se aprofundar no estatuto, descobrindo várias irregularidades.

Após a demissão do presidente, os demais membros da equipe se reuniram para decidir os futuros passos, já que estavam insatisfeitos com a situação. Após essa reunião, outras pessoas da equipe também foram demitidas, revelando que a Igreja desejava impedir reuniões que não tivessem prévia autorização.

Insatisfeitas com as demissões, a equipe e a comunidade fizeram inúmeras tentativas de diálogo com a Igreja, promovendo reuniões e tentando conciliar interesses. Escreveram, inclusive, uma carta com várias propostas, tais como: a realização de assembleias semestrais da entidade na comunidade para acompanhamento e avaliação do processo de tomada de decisões, e a garantia de continuidade da entidade nas reuniões comunitárias e fóruns ligados aos direitos das crianças e adolescentes. Porém, a

Igreja não acatou as propostas da comunidade. Ela desejava um espaço em que pudesse gerir de acordo com os seus interesses, não levando em consideração os reais desejos e necessidades da população. Assim, o diálogo, a confiança e a credibilidade se romperam. A ocupação do espaço se iniciou como forma de resistência, manifestação e luta contra a imposição dos interesses da Igreja.

O atendimento às crianças e adolescentes continuou acontecendo, viabilizado pelo grupo que ocupava o espaço. Os voluntários e ocupantes responsabilizavam-se por tudo, desde a preparação da comida, de estar em sala com os educandos, até da limpeza do espaço.

O grupo ocupante reivindicava a mediação da Sedest no processo, pois queria dar continuidade ao trabalho que vinha ocorrendo antes da destituição do presidente. Tal continuidade implicava a permanência desta equipe no espaço, bem como a abertura de um novo convênio. A Igreja resistiu, e a desocupação só ocorreria ao fim dessa mediação.

Surgia uma ampla mobilização para tornar a Viver um espaço de luta e organização dos moradores da Estrutural, com o apoio de diversos movimentos e coletivos de todo o Distrito Federal.

A Sedest decidiu pela renovação do convênio com a Igreja. A ocupação chegou ao fim, mas a articulação com a Secretaria permaneceu, no sentido de conseguir financiamento para o desenvolvimento de um novo projeto.

O grupo iniciou a organização de uma nova entidade, mesmo sem financiamento governamental. Conseguiu, por meio de doações, articulação com grupos e voluntários, permanecer em um novo espaço, em que havia a realização de oficinas e articulação com grupos e movimentos sociais da cidade.

Após mais algumas negociações com a Sedest, a nova instituição conseguiu, enfim, obter financiamento para a realização das ações propostas pelo grupo, por meio de repasse de recursos de uma entidade parceira, a Associação Caminho de Luz.

O Coletivo da Cidade, inaugurado no dia 17 de junho de 2011, resultou do interesse em dar continuidade a um trabalho realizado há mais de cinco anos na cidade, desenvolvido por profissionais das ciências humanas, estudantes inseridos em projetos de extensão da Universidade de Brasília, mães e moradores da própria Cidade Estrutural. O interesse em abrir um espaço que oferecesse uma alternativa aos períodos

de contraturno escolar veio de uma demanda da comunidade que contava com oferta reduzida no que se refere a alternativas de convívio grupal, comunitário e social. Além do objetivo de atender crianças e adolescentes, o Coletivo surge com a intenção de ser ocupado e construído por toda a comunidade, formando assim um espaço de mobilização social e participação comunitária, onde todos pudessem ocupá-lo, geri-lo e aproveitá-lo.

O objetivo geral do Coletivo da Cidade é promover atividades socioeducativas, tendo base em vivências comunitárias, visando à aquisição de conhecimentos (científicos, artísticos e culturais) e habilidades que desenvolvam integralmente os cidadãos da comunidade de forma crítica, estimulando-os a participar da vida pública, empreendidos em projetos pessoais e coletivos.

São objetivos específicos do Coletivo da Cidade: garantir a proteção integral das crianças e adolescentes, por meio da garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente⁵; fortalecer a convivência familiar e comunitária; socializar informações a respeito dos direitos dos cidadãos; contribuir no processo educativo das crianças e adolescentes, oferecendo subsídios e complementação ao processo escolar; ampliar o acesso às atividades artísticas, esportivas e culturais; auxiliar no processo de formação para o mercado de trabalho; promover discussões e formações no âmbito dos direitos humanos; estimular o processo de autonomia e criticidade dos sujeitos; estimular o processo de construção coletiva e do trabalho em rede; estimular a mobilização social e a participação política dos sujeitos;

Atualmente, o Coletivo realiza o atendimento de cerca de duzentas crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, além de oferecer cursos à comunidade. Subsídia, assim, alternativas artísticas e educativas que visam à garantia dos direitos das crianças e adolescentes por meio do trabalho em rede.

O Coletivo da Cidade segue os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disposto na Lei nº 8.059, de 13 de julho de 1990. A defesa dos direitos das crianças e adolescentes atendidos pelo projeto segue duas doutrinas

⁵ As ações programadas buscam prevenir as situações de violação de direitos, combatendo situações de violência sexual, trabalho infantil, discriminação étnica, geracional e sexual;

fundamentais para a efetivação do ECA: a doutrina da proteção integral e a da prioridade absoluta. A primeira segue a prerrogativa da totalidade dos direitos da criança e do adolescente, os quais gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas as oportunidades e facilidades a fim de desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente, em condições de liberdade e de dignidade. (art. 3º). A doutrina da prioridade absoluta prevê a prioridade orçamentária e a execução de políticas públicas em prol da efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (art. 4º)

O Coletivo da Cidade é caracterizado como uma organização não governamental (ONG), inserido no âmbito do Terceiro Setor. As ONGs situam-se no âmbito das parcerias público-privado, em que exercem atividades tipicamente públicas, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado.

Num mundo neoliberal, em que há uma “nova” solução à “antiga” questão social⁶, vê-se a crescente desresponsabilização do Estado frente às questões sociais. O Estado transfere sua função social, em uma lógica em que os problemas sociais passam a ser responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades e da ação filantrópica de organizações e indivíduos.

Um problema frequente nesse tipo de transferência de funções se refere ao processo de regulamentação e fiscalização das entidades, que acabam não tendo uma regulamentação efetiva e acabam sendo seletivas e criteriosas em seu atendimento. Outros inúmeros problemas, como a focalização do atendimento e a precarização do trabalho, advêm desse processo de refilantropização da questão social, consequência da onda neoliberal emergente desde os anos 70 no Brasil.

⁶ No debate sobre o terceiro setor (que numa perspectiva hegemônica é composto por ONGs e demais instituições correlacionadas) inserido na totalidade, ou seja, levando-se em conta as alterações sociais, considera-se fundamental a existência de uma nova questão social justificando-se assim, a existência de uma nova modalidade para lidar com esta “nova” questão. E esse novo trato deve ser dual: por um lado deve atender com qualidade à população com condições financeiras para adquirir os serviços no mercado; e por outro lado deve utilizar-se do Estado ou de entidades filantrópicas para atender às demandas pontuais da população carente (MONTAÑO, 2003).

O Coletivo da Cidade é referenciado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo suas orientações e ações emanadas do poder público, alinhadas às normativas da Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004), dentro do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). O CRAS é responsável pela organização da rede socioassistencial da Proteção Social Básica (PSB) do território e pela inserção das famílias nesses serviços. Assim, realiza os encaminhamentos das crianças e adolescentes para o atendimento na instituição.

A PSB visa prevenir violações de direitos, tendo o compromisso de prevenir as situações de risco, especificamente em relação à população que se encontra em vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação, e/ou fragilização de vínculos afetivos. Junto às demais políticas públicas, a PSB deve garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e prevenir as situações que indicam risco potencial. (MDS, 2012, p.68).

No âmbito da PSB é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por meio do qual o Coletivo da Cidade também atua. Esse Serviço, segundo suas Orientações Técnicas (MDS, 2010, p.37) tem como objetivo complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento de vínculos familiares e sociais; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e para o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e dos adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar formação cidadã; estimular a participação na vida política do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional.

O SCFV possibilita ampla gama de atividades, prestando um compromisso com o usuário através dos princípios mencionados acima, dos quais se destacam o caráter preventivo, a promoção de espaços de convivência e fortalecimento de vínculos, o estímulo à participação política no território, o desenvolvimento de competências para a

compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo e, por fim, o estímulo ao protagonismo das famílias e indivíduos para a superação de sua condição.

De acordo com a Resolução nº 109 do Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), instituída em 11 de novembro de 2009 e que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é formado por tarefas realizadas em grupos, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir situações de risco social. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Alinhado à descrição e aos objetivos específicos do SCFV para crianças de 6 a 15 anos, o Coletivo da Cidade tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções são pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.

O Coletivo da Cidade recebe recursos transferidos de uma entidade parceira, a Associação Caminho de Luz, que possui convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST). Atualmente, estão sendo tomadas as providências para registro no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA/DF) e no Conselho de Assistência Social (CAS/DF) para que possa haver posterior assinatura de convênio diretamente com a Sedest, sem a intermediação da entidade parceira.

Além dos recursos provenientes do convênio, repassados pela Associação Caminho de Luz, o projeto conta com colaboradores que se dispõem a custear os gastos com manutenção e incremento do trabalho, viabilizando e potencializando o atendimento oferecido no espaço. O projeto prioriza a participação em editais e conta com o apoio de parceiros e colaboradores, eventuais e fixos. Além disso, outras formas de captação de recursos são utilizadas, como a realização de festas e bazares mensais.

O projeto conta com quatro educadoras, uma pedagoga, uma psicóloga, uma assistente social, três estagiárias em Serviço Social, dois coordenadores administrativos, uma secretária, duas auxiliares de serviços gerais e um oficinheiro. O trabalho do Coletivo da Cidade é possibilitado e potencializado pela presença de vinte e dois voluntários, havendo entre eles psicólogo, contador e nutricionista voluntários.

O trabalho do Coletivo da Cidade divide-se em Coletivo Criança, Coletivo Adolescente, Coletivo Família e Coletivo Comunidade.

Fazem parte do atendimento com as crianças o acompanhamento pedagógico — se necessário, há apoio especializado — e a realização de oficinas.

O acompanhamento pedagógico tem por objetivo identificar as dificuldades encontradas no processo educativo e intervir significativamente, construindo alternativas que contemplem todas as potencialidades e incentivem o desenvolvimento de uma educação de qualidade relacionada com a vida. Quando é identificada alguma dificuldade maior, o educando é encaminhado ao apoio pedagógico especializado, focado na superação das principais barreiras que dificultam o desenvolvimento das crianças e adolescentes em seu processo de aprendizagem.

As oficinas, por seu caráter lúdico, diferenciam a vivência das crianças. São oferecidas atividades socioeducativas, de lazer, cultura e esporte que proporcionam o desenvolvimento integral do público atendido, objetivando contemplar as dimensões reflexiva, dialógica, cognitiva, lúdica, afetiva, estética e ética. Além disso, pretende-se estimular a autoestima; a apropriação da identidade; a autonomia; o posicionamento frente à sociedade; a sensibilidade para a percepção do outro em suas diferenças e na diversidade de suas expressões artísticas, culturais, étnicas, religiosas, físicas, de orientação sexual; o espírito coletivo; e as relações interpessoais.

Além do acompanhamento, do apoio pedagógico especializado e das oficinas que são oferecidas, há também outras oficinas específicas para os adolescentes, mais específicas para a idade, como a oficina de Leitura Crítica, que busca formular uma reflexão crítica das mensagens recebidas.

A aproximação do Coletivo com as famílias das crianças e adolescentes, viabilizada por confraternizações e reuniões, facilita os encaminhamentos, a superação de situações adversas, a ampliação da participação da comunidade nas atividades e a constituição da entidade como espaço de socialização e referência.

O Coletivo da Cidade tem o objetivo de se tornar um espaço de aprendizagem e de transformação-ação, buscando um projeto de gestão participativa e de educação construído conjuntamente com a comunidade. O objetivo final é que o espaço do Coletivo seja um lugar construído por todos. Uma das estratégias utilizadas para viabilizar esse objetivo é o trabalho em rede, em que são acionadas as instituições e grupos da cidade para que todos possam cooperar mutuamente. Outra estratégia para a aproximação com a cidade são as reuniões comunitárias, que permitem também a articulação dos diversos grupos da cidade.

4.2 O Serviço Social no Coletivo da Cidade

A realidade da Cidade Estrutural é marcada por violações de direitos relativos às crianças e adolescentes, tais como o trabalho infantil, a escolarização precária, a violência sexual, a subnutrição, entre outras. O Coletivo da Cidade, como entidade que se encontra no eixo estratégico da promoção no Sistema de Garantias de Direitos, propõe-se a realizar ações de caráter educativo e assistencial, a fim de combater tais violações e promover a proteção integral deste público: as crianças e adolescentes atendidos e suas famílias. Para tal, o Serviço Social do Coletivo firma articulações com a rede de proteção, controle e defesa inserida na Cidade Estrutural e no Distrito Federal.

As diretrizes que norteiam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) são base para a atuação do Serviço Social no Coletivo da Cidade. Inserido na rede de proteção dos direitos da criança e dos adolescentes, tem como princípio identificar situações de violação de direitos, denunciá-las e encaminhá-las para os órgãos competentes, como o Conselho Tutelar, o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), entre outros.

Por ser o Coletivo uma entidade nova, o Serviço Social, inserido dentro da Coordenação Psicossocial, composta também por um serviço de psicologia, também é recém-estruturado. O Coletivo possui um projeto de intervenção do Serviço Social, embasado em vários programas, como o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que delimitam os objetivos e ações do Serviço Social.

De acordo com o projeto de intervenção, é objetivo geral do Serviço Social: “promover a proteção integral do público atendido pelo projeto, por meio da garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente.” São objetivos específicos: “promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; garantir o respeito à diversidade étnica, racial, geracional e sexual; combater a situação de trabalho infantil; combater a situação de violência sexual; identificar casos de violação de direito.”

Após a matrícula no Coletivo da Cidade, as famílias passam obrigatoriamente pela triagem e acolhimento. A realização dessas constitui parte importante das atividades desenvolvidas pela equipe psicossocial. É a partir das conversas realizadas com os responsáveis das crianças e adolescentes que se tem acesso a informações estratégicas em relação à garantia dos direitos da família.

A triagem e o acolhimento são atividades que buscam conhecer um pouco mais sobre as famílias. Cada uma delas tem suas especificidades e objetivos distintos. A triagem, atribuição da psicóloga do Coletivo, tem em vista resgatar o histórico psicossocial da família, atentando para os processos psicológicos significativos por que passa a família. O acolhimento, auxiliado por instrumental técnico-operativo constituído por perguntas semidirigidas, busca conhecer a situação social da família por meio de informações, como: em quais benefícios estão inseridas, qual é o tipo de serviço que têm acesso na cidade e quais são suas maiores dificuldades no que se refere aos seus direitos.

O acolhimento, a triagem e o atendimento realizado nas oficinas propiciam à equipe de trabalho identificar os casos mais urgentes no que se refere à violação de direitos dos usuários, principalmente das crianças e adolescentes.

Para dar o acompanhamento e os encaminhamentos devidos, é realizada uma vez por semana o Estudo dos Casos, uma reunião multiprofissional, composta por pedagoga, assistente social e psicóloga, cuja pauta são os casos prioritários de violação de direitos. Tal momento constitui-se espaço de numerosas demandas à assistente social, como a identificação de situações de violações de direitos, vitimizações e agressões, seguida de orientação e encaminhamento para a rede socioassistencial e de serviços especializados, garantindo a análise e atendimento de requisições de órgãos do Poder Judiciário e dos Conselhos Tutelares.

São também atribuições do assistente social no Coletivo da Cidade: realizar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; participar em reuniões das instituições, grupos e movimentos sociais da cidade, bem como em fóruns de monitoramento de políticas públicas e de pressão política, como a realização de encontros e articulações com Ministério Público, Varas da Família, Vara da Infância e da Juventude e com toda a rede de garantia de direitos; buscar parcerias com outras instituições e serviços; buscar articulação com a universidade; elaborar planos de trabalho; contribuir com a captação de recursos; acompanhar as frequências e evasões; organizar, em conjunto com a equipe, o Conselho Deliberativo do Coletivo da Cidade; organizar junto à equipe pedagógica oficinas por meio de filmes, músicas, poemas sobre temas sociais e políticos, como diversidade étnica, sexual, de gênero, violência, drogadição, mobilização, entre outros.

Além disso, o assistente social deve escrever relatórios sobre a situação social das famílias com a construção de indicadores positivos e negativos para o monitoramento do projeto; participar de reuniões psicopedagógicas com a equipe; realizar visitas domiciliares, com vistas a prestar assistência às crianças, aos adolescentes e familiares atendidos, em casos de necessidade, solicitação ou demanda espontânea; elaborar relatório mensal das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social; organizar reuniões comunitárias.

Processos e Atividades do Psicossocial

Processo	Atividade
1. Análise de Situação	1.1 Realização de Triagem; 1.2 Realizar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; 1.3 Realização de relatórios sobre a situação psicossocial da criança e da família para monitoramento do projeto (construir indicadores positivos e negativos).

<p>2. Ações Preventivas de situações de violação de direitos</p>	<p>2.1 Organizar junto à equipe pedagógica oficinas por meio de filmes, músicas, poesias sobre temas sociais e políticos. Ex: diversidade étnica, sexual, de gênero, violência, drogadição, mobilização etc.</p> <p>2.2 Supervisionar e intervir na evasão de crianças e adolescentes da entidade, em conjunto com a coordenação colegiada.</p> <p>2.3 Produção de materiais educativos como suporte aos serviços;</p>
<p>3. Atendimento as crianças e adolescentes e famílias</p>	<p>3.1 Realizar encaminhamentos na área da saúde, psicológica, da assistência social (CRAS e CREAS), dos direitos do trabalho, nutricional, entre outros.</p> <p>3.2 Realizar visitas domiciliares, com vistas a prestar assistência às crianças, aos adolescentes e familiares atendidos, em casos de necessidade, solicitação ou demanda espontânea;</p> <p>3.3 Realização de encontros e articulações com Conselhos Tutelares, Ministério Público, Varas de Família, Varas da Infância e da Juventude e com toda a rede de garantia de direitos;</p> <p>3.4 Acompanhamento e controle da efetividade dos encaminhamentos realizados;</p>

<p>4. Mobilização e Articulação</p>	<p>4.1 Mapeamento da rede sócio-assistencial da estrutural</p> <p>4.2 Participar de reuniões do Fórum-PETI, Fórum OCA, CDCA, Conselho Comunitário da Estrutural;</p> <p>4.3 Articulações com os movimentos sociais de defesa direitos das crianças e adolescentes, de direito à cidade, etc;</p> <p>4.4 Articulação com a universidade (núcleo de extensão, estágio supervisionado; atendimento psicológico; HUB – Instituto da Criança e do Adolescente; Núcleo de Estudos da Infância e Juventude - NEIJ).</p>
<p>5. Estímulo do Protagonismo Juvenil</p>	<p>5.1 Reuniões periódicas com as crianças e adolescentes para avaliação e monitoramento do projeto;</p> <p>5.2 Traçar estratégias de inclusão da participação dos atendidos na formação do conselho deliberativo do Coletivo da Cidade.</p>
<p>6. Promoção e fortalecimento da família na perspectiva de sua emancipação social;</p>	<p>6.1 A partir das triagens, identificar as famílias que apresentam situações de vulnerabilidade social, e realizar reuniões mensais com temas específicos a serem trabalhados:</p> <p style="padding-left: 40px;">Ex: HIV, drogadição, dupla jornada de trabalho das mulheres, violência de gênero e sexual.</p>

<p>7. Respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais.</p>	<p>7.1 Organizar junto a equipe pedagógica oficinas por meio de filmes, músicas, poesias sobre temas sociais e políticos. Ex: diversidade étnica, sexual, de gênero, violência, drogadição, mobilização etc.</p>
<p>8. Articulação, capacitação e monitoramento das atividades junto à equipe.</p>	<p>8.1 Organizar o conselho deliberativo do Coletivo da Cidade; 8.2 Elaborar relatório mensal das atividades desenvolvidas pela área de Serviço Social e da psicologia; 8.3 Realizar reuniões psicopedagógicas com a equipe; 8.4 Realização de capacitações para equipe.</p>

Quadro 1: Processos e atividades do Psicossocial (Retirado do Projeto de Intervenção do Serviço Social do Coletivo da Cidade)

4.3 A ação educativa do assistente social no Coletivo da Cidade

Com o intuito de analisar como se dá a ação educativa no Coletivo da Cidade, e sua relação com Paulo Freire, procurou-se analisar mais especificamente duas atividades do Serviço Social do Coletivo da Cidade: a Orientação com as Famílias e os Acolhimentos. Neste tópico, os dados da pesquisa, feita pela observação participante, serão apresentados.

4.3.1 A Orientação com as Famílias

Visando uma maior aproximação com as famílias dos educandos, já que as atividades regulares não permitiam diálogo pontual, surge a Orientação com as Famílias: atividade planejada pela equipe sociopsicopedagógica cujo objetivo é discutir temas coletivamente, como violência sexual, direitos e participação política, além de outros, demandados pelas próprias famílias.

O primeiro encontro teve como tema: “Como lidar com as dificuldades de aprendizagem dos filhos”. Recorrente nos acolhimentos e triagens, o tema é atrativo para as famílias.

PTA – PLANO DE TRABALHO E AVALIAÇÃO

TEMA GERADOR:		Orientação de Pais e/ou Responsáveis					PERÍODO:
SUBTEMA:		Dificuldade em lidar com o processo de ensino e aprendizagem dos filhos					
AÇÃO	OBJETO DA AÇÃO	DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS	INSTRUMENTOS/ RECURSOS	I.Q's	GRUPO ALVO	PRAZO	MEDIADOR/A
	Promover espaço de fala e reflexão sobre as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem dos filhos.	Roda de Conversa Dinâmica de grupo (quebra gelo)	Pizza, bolo e suco 2 Cartolinas 20 folhas A4 1 Canetão 2 canetinhas Projeter Cabo do som Som Computador 1 papel flip	Oportunidade Transformação Aproximação com as famílias	Pais, mães e responsáveis de alguns educandos.	Os encontros ocorrerão quinzenalmente. O dia e o horário para os próximos encontros serão definidos com o grupo no primeiro encontro.	Equipe Sociopsicopedagógica

Tabela 1- Plano de Trabalho e Avaliação. (Planejamento realizado pela equipe sociopsicopedagógica do Coletivo da Cidade)

1º Encontro com as Famílias

1º Momento – 18h30

Apresentação dos integrantes do grupo.

2º Momento – 18h45

Vídeo (6 minutos) “Vida Maria”

3º Momento – 19h00

Roda de conversa – A partir do vídeo, solicitar aos integrantes que pensem no seu processo de aprendizagem e relatem o que foi bom, ruim, fácil, difícil etc.

- Nesse momento, uma pessoa ficará responsável em escrever numa folha de papel A4 o que as pessoas estão relatando.

- Após todos compartilharem suas experiências, os papéis serão colocados ao chão e dois ou três voluntários irão colocar de um lado o que acham negativo e do outro positivo.

- A partir desse momento, trazer a discussão em relação às dificuldades atuais do processo de aprendizagem dos filhos. Quais são as maiores dificuldades? O que há de semelhante e diferente das suas? Quais as formas de lidar com as dificuldades dos filhos?

- Fechamento

4º Momento – 20h

Fazer o contrato com os integrantes (dias, horários, frequência).

5º Momento:

Confraternização

Planejamento do encontro

Com o intuito de atrair várias famílias e de tornar o encontro mais atrativo, pensou-se em estratégias para possibilitar a vinda dos pais, como a realização da atividade fora de horário comercial (a atividade foi realizada em uma terça-feira, às 18 horas) e o oferecimento de lanche.⁷

O encontro foi planejado com o intuito principal de promover espaço de fala e reflexão sobre as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem dos filhos, atentando sempre para a fala e vontade das famílias. Para que o grupo ficasse mais à vontade, a proposta seria de que se iniciasse com uma dinâmica de grupo em que todos poderiam se apresentar. Após isso, haveria a exposição do curta-metragem “Vida Maria” para incitar o problema do trabalho infantil e suas consequências no estudo das crianças.

Em seguida, haveria coleta de falas significativas, de acordo com a metodologia de Paulo Freire que permite a contextualização e crítica do tema estudado a partir de frases polêmicas. Assim, o grupo mediador da dinâmica colheria as falas, permitindo posterior reflexão por parte do grupo. Tal reflexão se daria quando o grupo fosse questionado a respeito de quão positivo ou negativo são os fatos que narraram no processo de aprendizagem dos filhos.

⁷ Os assistentes sociais alegam que, frequentemente, os usuários não comparecem em atividades propostas.

Após a roda de conversa, o grupo avaliaria o encontro e organizaria conjuntamente o segundo encontro.

O encontro

O encontro foi realizado no dia 13 de novembro de 2012, às 18 horas, em uma das salas no piso superior da sede do Coletivo da Cidade. A sala era bastante ampla e foi organizada com as cadeiras em roda. Havia *data-show* e projetor para a exposição do filme. Não havia espaço fora da sala para as crianças ficarem.

A dinâmica iniciou-se com a amostra da proposta da referida orientação, ou seja, a aproximação das famílias com o Coletivo da Cidade. Em seguida, todos se apresentaram.

Iniciamos com a exposição do curta-metragem “Vida Maria”, que relata a história de Maria, menina que teve que largar os estudos porque tinha que trabalhar, ocorrendo o mesmo com membros de várias gerações de sua família. Após o filme, incitados pela psicóloga, os pais iniciaram as falas a respeito de suas percepções sobre as possíveis causas das dificuldades de aprendizagem dos filhos. Questões como a facilidade das coisas hoje em dia, o excesso de responsabilidade em cima da mãe, as más influências foram apontadas como possíveis causas para tais dificuldades.

Foram coletadas as falas significativas ditas pelos pais. As falas significativas colhidas foram: *“No passado, tínhamos mais dificuldades e por isso dávamos mais valor às coisas. Hoje em dia, tudo é mais fácil”*; *“Ter tudo faz as crianças banalizarem”*; *“As crianças precisam ter responsabilidade”*; *“A criança tem que reconhecer a autoridade do pai e da mãe.”*; *“Falta de tempo é um problema. É difícil conciliar trabalho e acompanhar a família (filhos)”*; *“Sempre levo ele, sempre estou acompanhando”*⁸; *“A responsabilidade é sobrecarregada no papel da mãe”*; *“Dar mais carinho é mais importante do que bater”*; *“Bater para corrigir é bom, não em excesso”*; *“Eu não tive muito estudo, mas também não gosto de resolver os problemas batendo”*; *“Certa vez dei uma ‘surra’ na minha filha que achei que ela fosse morrer. Fiquei assustada e disse que não ia mais bater nela”*; *“Eles ficam andando com pessoas desinteressadas”*; *“Os maus costumes corrompem os bons”*; *“Não sou desses*

⁸ Essa frase foi dita pelo único pai presente no encontro.

pais que não se importam”; “Acordo cinco horas da manhã”; “Aqui no Coletivo ela criou interesse de vir. O que ocasiona isso?”; “As cobranças às vezes também são muito puxadas para as crianças”.

Em seguida, foram colocadas frases para reflexão dos pais, tais como: Qual é o papel dos pais na educação dos filhos? Será que eu como pai ou mãe estou agindo bem? Quais são as possíveis soluções para lidar com essas dificuldades?

Após recolhê-las, avaliamos coletivamente o que julgávamos positivo e negativo em relação ao processo de aprendizagem dos filhos. Foi definido o tema do próximo encontro: o papel da mulher e do homem nas relações familiares. Por termos pouco tempo, fechamos o encontro. Logo após, descemos para o lanche.

Análise da execução da atividade

A execução da atividade foi facilitada pelo espaço e pela vontade dos profissionais em promover a mobilização social, dado o contexto do surgimento do Coletivo da Cidade.

Houve dificuldade inicial de conciliação de objetivos entre as diferentes áreas: psicologia e serviço social. Apesar de a atividade ter surgido como demanda comum — a escuta e aproximação das famílias —, percebe-se que a intervenção por parte da psicóloga é permeada por uma perspectiva mais individualizante. Por outro lado, o serviço social tem como objetivo incitar questionamentos a partir da proposição de elementos que permitam a re-significação dos sujeitos no mundo em que estão inseridos, levando ao entendimento das legalidades e processos sociais, causas dos problemas por que passam os sujeitos.

Assim, no início do planejamento da Orientação com as Famílias, por falta de entrosamento da equipe (as estagiárias do Serviço Social não participaram desse planejamento, mas estavam presentes na atividade), os profissionais das diferentes áreas tinham expectativas distintas quanto aos objetivos da atividade, fato que a prejudicou. Esses objetivos foram estabelecidos no planejamento do segundo encontro pela equipe.

A psicóloga se sentiu muito sozinha no processo de condução da conversa e mesmo na preparação prévia para o dia. A assistente social afirmou que deveria ter

retornado ao roteiro antes do encontro para ter mais clareza dos passos a serem seguidos. Porém, por crer que não haveria público, se ateve a outras atividades.

A falta de intencionalidade e fechamento por parte da equipe também foi problema. Por ter receio de “impor” pensamentos e de “calar” a fala das famílias, a equipe não entrevistou de muitas maneiras, deixando de se pronunciar. Os pais participaram bastante, porém, pelo tempo corrido, não fizemos um fechamento.

O excesso de demandas da entidade e a falta de tempo por parte da equipe prejudicaram o desenvolvimento da atividade. Nas reuniões preparatórias, é necessário maior clareza quanto aos objetivos. Todavia, a avaliação foi que a orientação foi muito positiva, já que houve a presença de muitas mães (e um pai), participação deles durante a conversa e falas de incentivo à continuidade do grupo de orientação.

Planejamento do segundo encontro

O segundo encontro foi planejado com a intenção de “fechar” o primeiro encontro. A ideia foi iniciar explicando o porquê da retomada do tema (falta de fechamento no encontro anterior) e avisando que no próximo encontro voltaremos ao tema escolhido: o papel da mulher e do homem nas relações familiares. Devido à falta de fechamento do encontro anterior, decidimos voltar a algumas falas ditas no encontro passado e criar um quadro com aspectos positivos e negativos no processo de aprendizagem dos filhos.

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
1- Maior facilidade que antigamente	2- Trabalho infantil
3- Apoio dos pais	4- Companhia de quem não quer estudar
5- Acompanhamento na escola	6- Excesso de responsabilidade em cima da mãe
7- Aprender com eles ao invés de querer ensinar	8- Falta de estrutura das escolas (sem livros e sem boa estrutura)
9- Valorizar e demonstrar interesse no que o filho estuda	10- Como as professoras atuam

Quadro 2 - Aspectos Positivos e Negativos

A problematização pode ser feita a partir de perguntas, como por exemplo:

Elemento 1- Maior facilidade que antigamente: *Como podemos trabalhar isso com os nossos filhos? Já tentamos contar a nossa história, dizendo como foi difícil?*

Elemento 2- Trabalho infantil: *O filme aborda a questão do trabalho infantil, que muitas vezes colabora para dificuldades na escola. A Maria não pode estudar porque teve que trabalhar. Vocês acham que ainda hoje temos muitas crianças nessa situação?*

Elemento 4- Companhia de quem não quer estudar: *Será que isso é realmente significativo? Como trabalhar a responsabilidade de nossos filhos?*

Elemento 8: Falta de estrutura das escolas. *As escolas muitas vezes não contam com bons livros, com boa estrutura. Isso pode prejudicar as crianças em seu processo de aprendizagem? Podemos reivindicar isso, já que é nosso direito?*

Elemento 10- Como as professoras atuam: *Muitas professoras ainda chamam a atenção dos alunos pegando na orelha, batendo na cabeça. Em que medida isso influencia no processo de aprendizagem das crianças?*

Vale lembrar que as perguntas são feitas com base nas falas dos participantes e não pretendem impor nenhum tipo de pensamento, apenas problematizar.

O encontro não foi realizado devido à falta de tempo da equipe sociopsicopedagógica.

4.3.2 Os acolhimentos

O acolhimento objetiva instituir um contato inicial das famílias com o Coletivo da Cidade, sendo realizado com o responsável da criança ou adolescente, após a matrícula, a fim de obter informações acerca da situação social da família. Assim como a triagem (atendimento que visa obter o histórico social, escolar e familiar dos educandos) realizada pela psicóloga, o acolhimento busca identificar possíveis encaminhamentos e o aprofundamento de determinados casos.

Para a obtenção de informações acerca da situação social da família, é utilizada a ficha de acolhimento, em anexo, onde se busca identificar informações, como a quantidade de pessoas que residem na família e em que benefícios são inseridos.

Integrante do caráter educativo da profissão, o acolhimento torna-se importante atividade desenvolvida pela assistente social do Coletivo da Cidade.

Porém, devido ao excesso de demandas na entidade, a assistente social muitas vezes é sobrecarregada com demandas que vão além de suas atribuições. Atualmente, cogita-se retirar os acolhimentos como uma das atribuições da assistente social. A

realização dos acolhimentos demanda tempo, visto que é obrigatória para todos os responsáveis dos educandos. O problema da evasão agrava a situação, já que todo mês novas crianças e adolescentes ingressam no Coletivo (se a média de evasão de crianças e adolescentes for apenas 10 %, número considerado normal, haveria a média de 20 novos acolhimentos por mês, sendo que cada um dura em média trinta minutos). Colocou-se que durante esse tempo, a assistente social poderia estar participando de atividades que seriam prioritárias nesse momento, como o acompanhamento da rede, que exige muito trabalho e dedicação e comparecimento a reuniões, formulação de projetos e a realização da busca-ativa.⁹ Para não perder as informações colhidas durante os acolhimentos, a secretária e a psicóloga ficariam responsáveis por colhê-las.¹⁰

Como solução provisória, pensou-se em retirar o acolhimento por um tempo, que seria utilizado para a realização da busca-ativa. Depois que ela fosse feita e que as famílias estivessem estabilizadas no Coletivo, após trabalho de acompanhamento das famílias, os acolhimentos voltariam a ser feitos pela assistente social.

Torna-se claro um redimensionamento das configurações e demandas do trabalho do assistente social, articuladas pelas relações que se estabelecem pelas mudanças contextuais no modo de organização dos mecanismos de produção. Nesse caso, a desresponsabilização do Estado frente à questão social (que não encaminha as pessoas em situação de extrema pobreza e não possibilita recursos suficientes à manutenção das instituições) traz mais desafios ao Coletivo, que, ao mesmo tempo em que busca reivindicar que o Estado realize sua função, busca também supri-las, trazendo novas demandas para o assistente social, que são, ao mesmo tempo, expressão das contradições sociais e exigência de superação delas. Novas exigências são postas a profissão, reorganizando a funcionalidade da profissão em meio ao novo movimento de respostas à crise estrutural do capital.

⁹ A busca-ativa, iniciativa que buscar as pessoas mais pobres, sem esperar que elas cheguem, é tida por alguns integrantes da equipe como prioridade, pois há vagas disponíveis e deve-se preenchê-las com as crianças e adolescentes mais vulneráveis economicamente. Procura-se as famílias que estejam na faixa da extrema miséria, tidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social como aquelas que tem renda familiar de 70 reais por pessoa. Assim, para alcançá-las, a estratégia utilizada seria a busca-ativa, demandando planejamento e, portanto, muito tempo da assistente social.

¹⁰ Por não terem a formação profissional em Serviço Social, a atividade sendo realizada por outros profissionais não abarcaria os objetivos a que se propõe.

4.3.3 O Serviço Social no Coletivo da Cidade, em seu caráter educativo, e sua relação com os elementos de Paulo Freire

A prática pedagógica do assistente social é formada pelas ações do Serviço Social que propiciam o processo de tomada de consciência das pessoas sobre suas responsabilidades, sobre seus direitos e deveres na organização social, baseando-se no referencial histórico e cultural do povo brasileiro, permitindo, assim, a ânsia por novas conquistas. As ações de caráter educativo podem estar situadas no âmbito da mediação, pois construí-las significa “construir o significado mediato da realidade concreta para poder intervir de maneira eficaz na perspectiva de transformação da mesma”. (Vergara, 2003, p.2). A mediação, ainda segundo o autor, é:

categoria que dá direção e qualidade à prática, baseada no método dialético marxista, resultado de um processo dinâmico e ativo desenvolvido pela interação entre as pessoas, objetos, conceitos, preconceitos, instituições, enfim uma rede de associações em que o usuário é tido como sujeito engajado na construção de sua própria história. A função do Assistente Social é intervir facilitando e mediando essa construção, puxando os vários fios alternativos que darão origem a outras alternativas. (VERGARA, 2003, p.2)

Paulo Freire se relaciona com a capacidade de decifrar a realidade, tão importante, na construção de mediações. A construção delas requer um processo profundo de conscientização e entendimento real dos processos sociais. Para a construção de alternativas que visem à transformação, é necessário um trabalho que consiga decifrar a realidade, capturando a complexidade dos fenômenos.

Esse processo de captura real dos fenômenos se aplica tanto à intenção da prática profissional de ser desalienada, na medida em que o profissional deve atentar para construir práticas profissionais que consigam capturar a essência dos fenômenos, negando práticas profissionais conservadoras, como também à finalidade da própria intervenção profissional: reflexão crítica, captura real dos fenômenos e desalienação por parte dos usuários.

No caso da Orientação com as Famílias, um dos objetivos da prática profissional é justamente a reflexão crítica por parte dos usuários, havendo posterior atuação sobre a realidade social para transformá-la, ação que é interação, comunicação e diálogo. A Orientação com as Famílias possui, assim, ampla relação com o contexto de ação

cultural de Paulo Freire, uma vez que ela se define como “uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social, ora no sentido de mantê-la como está ou mais ou menos está, ora no de transformá-la.” (FREIRE, 2011, p.245)

A Orientação com as Famílias consiste em prática que objetiva a autonomia e emancipação dos participantes. A atividade estimula a capacidade criativa, em confronto com as práticas e concepções que desqualificam e não acreditam nessa capacidade. Conforme visto no capítulo anterior, os oprimidos são desprovidos de voz. As alternativas que estimulam a autonomia e emancipação caminham na direção da criação da própria voz dos oprimidos, em que a descobrem pelo processo de conscientização. Diferentemente do espaço do *não ser* imposto pela cultura opressora, há um espaço de humanização, pois o homem experimenta exercício de entendimento da realidade social que sai do aparente, por meio do contato com alternativas distintas de vida produtiva e de organização da vida social, transformando-se em *ser mais*.

Paulo Freire, quando fala da conscientização e do processo de ação/reflexão, busca o exercício da crítica nos sujeitos. Quando estes vencem a capacidade de se expressar publicamente, quando formam sua opinião, tornam-se homens. A conscientização é o primeiro passo para a transformação social, que passa necessariamente pelo desenvolvimento coletivo de uma consciência crítica sobre o real, e, portanto, pela superação das formas de consciência ingênua.

Na Orientação com as Famílias, ao colocarmos questões e problematizarmos, há estímulo à capacidade crítica. Isso ocorre na medida em que se mostram argumentos e explicações distintas das anteriormente conhecidas, ocultadas pela cultura da dominação. A problematização das falas significativas funciona como estratégia para incitar a busca por novas explicações, dadas pelas determinações sociais.

A metodologia das falas significativas, segundo Silva (2007, p.66), constitui o momento que corresponde à investigação temática, em que se busca o universo temático da comunidade, não apenas os homens, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, a sua visão de mundo. Após essa etapa, há caracterização dos temas geradores: núcleo de contradições, problemas ou necessidades vivenciadas pelo povo, percepção que os homens têm num dado momento histórico, como algo que eles não podem ultrapassar. Os contratemas consistem em um conjunto de ideias e concepções, em interação dialética com seus contrários. No diálogo descodificador da realidade, é

feita a mediação entre o ‘contexto concreto’, em que são dados os fatos, e o ‘contexto teórico’, em que são analisadas: reflexão crítica. Por fim, há a cisão dos temas enquanto totalidade, buscando seus núcleos fundamentais, que são as suas parcialidades. Desta forma, ‘reduzir’ um tema é cindi-lo em suas partes para, voltando-se a ele como totalidade, melhor conhecê-lo.

A fala “*Falta de tempo é um problema. É difícil conciliar trabalho e acompanhar a família (filhos)*” permite a inserção de questões no debate, como as condições de trabalho dos pais, inseridas na contradição capital *versus* trabalho e as relações sociais capitalistas, propiciando a captura do problema pela razão. Pontes afirma:

A captura pela razão dos sistemas de *mediações* (ocultos sob os fatos sociais) permite aproximações sucessivas de ir-se negando à facticidade/imediaticidade, e desvelar-se as forças e processos que determinam a gênese (nascimento) e o *modo de ser* (funcionamento) dos complexos e fenômenos que existem em uma determinada sociedade. (PONTES, 2002, p.42)

Há, assim, uma análise das questões que sai do âmbito aparente e imediato, buscando uma reflexão teórica e histórica da problemática, a partir da análise das determinações sociais presentes.

Com base nessa metodologia, proposta pela coordenadora pedagógica do Coletivo, foi programada a dinâmica realizada no primeiro encontro da Orientação das Famílias. Indagações eram previstas, tendo em vista buscar contratemas.

Tal metodologia foi essencial no encontro, que além de ampliar a capacidade reflexiva dos sujeitos, teve a escuta como objetivo principal. Como já foi dito anteriormente, a preocupação da equipe girou no sentido de escutar o grupo, que acabou por não indicar tantos contratemas e indagações. No planejamento do segundo encontro, atentou-se mais para tal intencionalidade.

Os encontros, baseados na metodologia da educação popular, são formados tendo em vista a preocupação em consultar os usuários, dando-lhes voz propiciadora de ação transformadora. Verifica-se uma prática pedagógica relacionada à concepção freiriana de que as mudanças sociais se dão de baixo para cima, por meio da organização, conscientização e participação da população.

A execução de práticas educativas estabelece-se como processo de comunicação, informação e estabelecimento de relações sociais, no qual os usuários têm expressão de

identidade e de atitudes, levando a constituição de espaço de convergência de sujeitos históricos e de expressão pessoal, mobilizados, organizados e participativos, fazendo história e buscando permanentemente seus direitos de cidadãos. Nesse sentido, contribuem com a consolidação de uma prática político-pedagógica que visa ao fortalecimento da cidadania dos usuários, priorizando a abordagem dos sujeitos como protagonistas no processo de conquista dos direitos sociais.

Na Orientação com as Famílias, observa-se como o processo de ouvir a comunidade, de atentar para as suas reais demandas, no estabelecimento de um verdadeiro diálogo, sem uma hierarquização do saber, é importante no reconhecimento de todos como sujeitos de direitos, já que as famílias sentem-se cômodas em dizer o que pensam, o que necessitam, o que pretendem fazer, podendo reconhecer-se humanamente. Lima (2011, p.90) afirma que, para Freire: “comunicação/diálogo não apenas supõe coparticipação e reciprocidade, mas acima de tudo constitui um processo significativo que é compartilhado por Sujeitos iguais entre si numa relação também de igualdade”.

A educação popular crítica tem como pressuposto para uma intervenção pedagógica emancipatória a análise da realidade local, pois busca partir de dados coletados na comunidade (estatísticos, políticos, econômicos, socioculturais), no intuito de “evidenciar diferentes visões e percepções dos diversos segmentos da comunidade; inter-relacionar dados e informações que permitam configurar a realidade estudada; analisar coletivamente e contextualizar na sociedade os fenômenos locais; explicitar contradições que possam estar ocultas para a maioria da comunidade; possibilitar a análise a partir das contribuições do conhecimento sistematizado, gerando conteúdos que proponham uma superação da visão anterior, a construção de concepções críticas sobre o real.” (SILVA, 2000, p. 14).

Nesse sentido, o acolhimento pode ser ferramenta para a pesquisa qualitativa ou escuta, momento metodológico da educação popular, sendo constituído por proposta para organização dos dados para a caracterização da realidade local, formado por elementos gerais da estrutura socioeconômica, como moradia, saúde, transporte, educação, saneamento, convivência, etc. e aspectos da infraestrutura local: equipamentos coletivos, órgãos públicos, comércio, indústrias, formas de moradia, ocupação do solo, etc.

Na metodologia da educação popular freiriana, após esse momento de análise da realidade local, são organizados os dados referentes à escuta, articulando-os com os conhecimentos sistematizados, seguidos de planejamento de atividades político-pedagógicas com a comunidade.

Além de propiciar análise da realidade local, a proposta é que o acolhimento consista na recepção e escuta qualificada das necessidades e demandas trazidas pela população, possibilitando a organização de ideias para definir o que é possível agrupar no conjunto de necessidades apresentadas pelas famílias, montando, assim, uma intervenção mais estratégica para ações mais articuladas e integradas entre as equipes que atuam no território. Esse processo viabiliza uma proposta sociopedagógica estruturada. O acolhimento deve constituir-se também como espaço de oferta de informações sobre serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial e demais políticas setoriais, bem como sobre defesa de direitos.

Quando o assistente social pergunta sobre os encaminhamentos necessários, no âmbito da saúde, por exemplo, se o usuário consegue os exames de que necessita, no sentido de saber se os direitos do usuário estão sendo garantidos, geralmente se fala de demora para a realização de exames, cirurgias e marcação de consultas. Em geral, quando há algum tipo de fala nesse sentido, o responsável pelo acolhimento mostra as possibilidades para a reivindicação desse direito. Por exemplo, em um dos acolhimentos realizados, a mãe de uma das crianças do Coletivo alegou demora para a realização da cirurgia do marido, de caráter grave. Para agilizar a marcação da consulta, foi-lhe fornecido o contato da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (PROSUS) que acompanha e fiscaliza o atendimento oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Nessa situação, o responsável pelo acolhimento não tem por intuito impor sua opinião nem tampouco convencer o usuário do que ele deve fazer. Tal atitude estaria longe de estabelecer um verdadeiro diálogo. Segundo Freire

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos--, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 2011, p. 116)

Percebe-se, nessa situação, a socialização de informações referentes aos direitos dos usuários, fortalecendo-os e estimulando-os a reivindicarem seus direitos, na medida em que não há a mera troca de informações, mas o estabelecimento de distintas significações, auxiliando-os a mudar sua realidade.

Desse modo, o acolhimento pode ser encaixado no que Miotto caracteriza como processo político-organizativo que corresponde ao conjunto de “ações profissionais, entre as quais se destacam as de mobilização e assessoria, que visam à participação política e à organização da sociedade civil para garantir e ampliar os Direitos na esfera pública e exercer o controle social”. (MIOTTO, 2009, p.500)

A comunicação, essencial nesse processo, se dá pela troca de informações entre assistente social e usuário, a partir de uma perspectiva crítica, sem imposição de pensamento do assistente social.

Segundo Freire:

Comunicação [é] a coparticipação dos sujeitos no ato de conhecer [...], [ela] implica numa reciprocidade que não pode ser rompida [...], comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1971, p.66-69)

O diálogo como canal para a pronúncia do mundo pelos homens torna-se político, pois estes, ao existirem humanamente, transformam a realidade por meio da práxis: ação-reflexão sobre o mundo. De acordo com Silva:

Se o ponto de partida da educação libertadora, fundada no diálogo, é a realidade concreta e esta, nas palavras de Paulo Freire, são os dados objetivos, mais a compreensão que os sujeitos têm dela, é preciso ouvir esses sujeitos. É preciso “organizar a escuta” das populações inseridas na realidade a ser transformada. A escuta, nos trará as “falas significativas” da população, explicitando suas contradições e, portanto, os “temas geradores” de diálogo. Assim, se não houver escuta, não haverá diálogo e nossa ação se dará sobre ou para e não com ela. Consequentemente não haverá libertação, nem transformação da realidade. (SILVA, 2007, p.11)

5- CAPÍTULO 4: CONCLUSÕES

Considera-se um avanço o estabelecimento de uma atuação educativa crítica, respaldada em uma concepção teórico-metodológica e ético-política que permite seu fundamento científico, por meio de uma postura crítica diante do exercício profissional, diferente da dimensão educativa do início da profissão, que era permeada pelo humanismo cristão e reduzia os complexos e contraditórios fatores societários, buscando valorizar e desenvolver as potencialidades dos indivíduos.

Apesar do avanço, o mundo atual traz inúmeros desafios ao exercício do papel de educador político do assistente social, já que suas funções vêm sendo redefinidas devido às transformações societárias recentes. A crescente desresponsabilização do Estado frente às expressões da questão social é bem clara na Cidade Estrutural, que cresceu com precárias estruturas de atendimento público e também de estrutura para moradia, saneamento básico e afins. Do universo de aproximadamente 40 mil habitantes, cerca de 11,5 mil estão abaixo da linha da indigência, sendo desses 6, 5 mil crianças e adolescentes de 9 a 15 anos. Torna-se difícil planejar orientações educativas e encontros periódicos com a comunidade, já que surgem demandas que requerem “respostas rápidas” e imediatas que acabam se tornando a tônica do trabalho do assistente social.

A cotidianidade contribui para a permanência de práticas profissionais que estimulam a manutenção do *status quo*, tal qual no início da profissão do Serviço Social. Em um mundo fetichizado, um dos maiores desafios consiste em romper com o pensamento comum e se aproximar de um conhecimento crítico, processos fundamentais na construção de uma competência profissional.

Vivendo sob as consequências das ideias neoliberais, do fetiche do capital, da globalização e das transformações no mundo do trabalho, em que há uma população sobrando necessária ao capital, surgem maiores desafios para os profissionais do Serviço Social, imersos em demandas institucionais, que ainda hoje, devem lutar para “[...]desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes do cotidiano. Ser um profissional propositivo e não executivo.” (IAMAMOTO,1998, p.20).”

Não basta apenas analisar as tarefas em si mesmas. É necessário um desvelamento da lógica interior, do entendimento dos mecanismos contraditórios de coerção e controle das classes subalternas na sociedade capitalista, apreendendo as modificações societárias em curso, e mais, o sentido e direção dadas às ações profissionais no interior destas.

Deve-se atentar para a redefinição das estratégias e ações profissionais, postas pelo neoliberalismo, para que as ações do Serviço Social não acabem se transformando, e os verdadeiros anseios da profissão, esquecidos. No caso do Coletivo da Cidade, torna-se importante uma cobrança contínua do Estado perante suas responsabilidades para não desresponsabilizá-lo.

A realização plena da intervenção profissional do assistente social, mais especificamente das práticas educativas, só se torna possível a partir da busca de autonomia por parte dos assistentes sociais no processo de criação de novas estratégias de intervenção profissional.

Mesmo que os espaços ocupacionais contenham elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, conforme afirma Iamamoto (2009), há espaços em que a execução de uma prática profissional crítica é facilitada pela própria ideologia formadora do espaço. Segundo Faleiros

A intervenção profissional tem seus limites pessoais e são decorrentes da própria estrutura institucional, onde se articulam as estratégias de intervenção. As questões postas implicam as relações dos sujeitos com inúmeras determinações, como as culturais, econômicas, familiares, organizacionais, políticas, num processo complexo que condiciona, ao mesmo tempo, o ângulo, o nível da intervenção e a articulação das mediações particulares, possíveis de transformar a relação de forças em presença. (FALEIROS, 1996, p.25):

O histórico de mobilização social e participação comunitária no qual surgiu o Coletivo da Cidade reflete as ideologias das pessoas que ajudaram a formá-lo e que ainda fazem parte da equipe. A preocupação em torno de uma transformação social, o contato com a comunidade e com movimentos sociais bem como com a aplicação da metodologia de Paulo Freire se faz presente dentro do Coletivo. Esse contexto de campo político-ideológico na perspectiva da luta por direitos, do engajamento da sociedade e da ampliação das formas democráticas facilita a execução do caráter educativo

profissional, de forma crítica. A ideologia que move o Coletivo da Cidade, desde seu início, contribui com práticas profissionais desalienadas e politizadas. Mesmo que tal ideologia ainda esteja presente na entidade, será que ela é tão marcante como no início, será que atualmente há tamanha mobilização social como em sua constituição?

Vê-se relação profunda entre o caráter político e pedagógico da profissão com os elementos estudados por Paulo Freire. A influência dele não ficou restrita ao Movimento de Reconceitualização, sendo vários de seus elementos presentes na prática profissional atual. As práticas pedagógicas dentro do âmbito do Serviço Social estão ligadas à formação de consensos na sociedade em torno do interesse de classes fundamentais que podem reforçar a hegemonia vigente ou criar uma contra-hegemonia no cenário da vida social. O processo de conscientização da sociedade e dos sujeitos é essencial na construção de um campo político-ideológico, em que possa haver maior participação política, em que sejam impulsionadas novas formas democráticas e, assim, ampliar as possibilidades de acesso.

As práticas educativas no Serviço Social buscam pela autonomia e emancipação dos usuários, assim como a educação libertadora de Paulo Freire, sendo sua execução auxiliada pelos seus princípios. Existem assim objetivos comuns da educação popular freiriana e dos componentes do caráter educativo da profissão que objetivam “uma proposta de formação permanente que visa desencadear junto à comunidade um posicionamento crítico-prático em relação às necessidades e às contradições por ela vivenciadas e os encaminhamentos concretos para a conquista da autonomia.” (SILVA, 2008, p.13)

A Orientação com as Famílias surgiu como demanda não apenas da assistente social, mas de toda a equipe, no que se refere a estabelecimento de um espaço de diálogo com as famílias e comunidade. A presença da coordenadora pedagógica do Coletivo da Cidade no planejamento da atividade permitiu o contato da equipe sociopsicopedagógica com a metodologia de educação popular freiriana, o que propiciou aprofundamento. A Orientação com as Famílias pode ser vista como mediação de construção de autonomia e cidadania, abrindo caminhos para que os usuários possam ser capazes de tomar suas próprias decisões, saindo de concepções individualistas do problema por meio da reflexão crítica, percebendo-se dentro da dinâmica societária.

O Acolhimento é atividade que contribui como instrumento de pesquisa e reforça a evidente necessidade de uma atuação política dos assistentes sociais na luta pela informação como elemento central dos direitos humanos e pela democratização dos meios de comunicação.

A execução das práticas pedagógicas como a Orientação com as Famílias e os Acolhimentos são, assim, possibilitadas pelo histórico de mobilização social presente na formação do Coletivo da Cidade, o qual permitiu, além de ideologias que colaboram com essa execução, a garantia de recursos para o funcionamento da entidade. Os recursos provenientes da parceria com a Associação Caminho de Luz, conveniada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST), bem como o processo de assinatura de um convênio do próprio Coletivo da Cidade que pode ser viabilizado após o processo de cadastramento no Conselho da Assistência Social (CAS/DF) e no Conselho da Criança e Adolescente (CDCA/DF), foram resultado do histórico de mobilização social feito no início, ainda na Ocupação da Viver, em que se conseguiu articulação com a Sedest.

A desresponsabilização do Estado frente às expressões da questão social, revelada na precarização do trabalho, na falta de funcionários e recursos, no não cumprimento das funções atribuídas aos órgãos e instituições, nas inúmeras demandas para o Serviço Social que reverbera em falta de tempo para o assistente social, atrapalha o planejamento e a execução das práticas pedagógicas como as duas atividades analisadas.

Porém, apesar desses fatores que dificultam o real exercício da função pedagógica do assistente social no Coletivo da Cidade, vemos que há a contribuição do Serviço Social no que se refere à consolidação de uma prática político-pedagógica que prioriza a abordagem da família como protagonista no processo de conquista dos direitos sociais, contribuindo para informação e promoção de sujeitos mais questionadores da realidade social e o fortalecimento da cidadania. Superados os desafios pode-se construir uma prática político-pedagógica inovadora, em que saberes interdisciplinares comungam, enriquecendo a dimensão educativa. Tem-se a execução de estratégias profissionais, vinculadas à atualidade de Freire, como possibilidade de mudança para a construção de um mundo mais justo, livre da exploração econômica e das opressões sociais.

A sociedade torna-se vitoriosa quando a maioria das pessoas, acostumadas ao silêncio, ao espaço do *não ser*, podem, ao se reconhecerem como sujeitos, como homens e mulheres, propor soluções e transformar o mundo. Paulo Freire, ao instaurar o diálogo e a revolução cultural, estimula a colaboração, união e organização das massas, trazendo os caminhos de uma verdadeira transformação.

O papel de educador político do assistente social, mesmo em ambientes como o Coletivo, lugar que aparentemente tem menos dificuldades e entraves à execução da prática pedagógica, é difícil de ser colocado em prática. Surgem, assim, algumas questões. Como podemos superar esses limites? Por ser organização não governamental, quais são as dificuldades e facilidades para a execução de um trabalho diferenciado? Como é realizada a prática pedagógica no âmbito do Estado? As dificuldades são as mesmas, ou são outras? Essas são questões importantes de serem analisadas para um avanço na discussão sobre o caráter educativo da profissão e do exercício profissional na esfera estatal e no Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competências do Assistente Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p.593-608.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro - 1947 a 1961. In: Serviço Social & Sociedade, Franca, v.17, 2008, p.268-299.

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odaria. A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento. 1ª ed. São Paulo: Veras, 2009.

BARBOSA, Maria Margarida. Serviço social utopia e realidade: uma visão da história. In: Cad.serv.soc, v.2, n.2, p.25-71.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 12 nov.2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Orientações Técnicas sobre o PAIF. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Brasília, 2010.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O Paradigma de Correlação de Forças e Estratégias de Ação em Serviço Social. In: Caderno Técnico. N. 23, Brasília: 1996, p 20-30.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. edição. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980, p.57-95.

_____. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. Pedagogia do Oprimido. 50ª ed.rev.e.atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no serviço social. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo II: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 1999.

LIMA, Venício A. Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e Alienação. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1991.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competências profissionais do Assistente Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p.497-512.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. La crisis del proceso de reconceptualización del Servicio Social. In: Desafio al Servicio Social: crisis de la reconceptualización? Buenos Aires: Humanitas, 1975.

PONTES, Reinaldo. Mediação: A categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: Capacitação Profissional em Serviço Social e em Políticas Públicas Sociais. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, CEAD, 2002.

SILVA, Antônio Fernando Gouvêa. A busca do tema gerador na práxis da educação popular. 21ª edição. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

_____. A perspectiva freiriana de formação na práxis da educação popular crítica. In: Seminário Nacional de Educação da SMED, Caxias do Sul/RS, abril, 2000.

SILVA, Tiago. Na luta pela cidade: notas sobre o processo de consolidação do espaço urbano e político da Cidade Estrutural. Trabalho de conclusão de curso em Antropologia. Brasília, 2008.

SCHNORR, Giselle Moura. A Pedagogia do Oprimido. In: Ana Inês de Souza. (Org.). Paulo Freire: Vida e Obra. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2001, v. 1, p. 69-100.

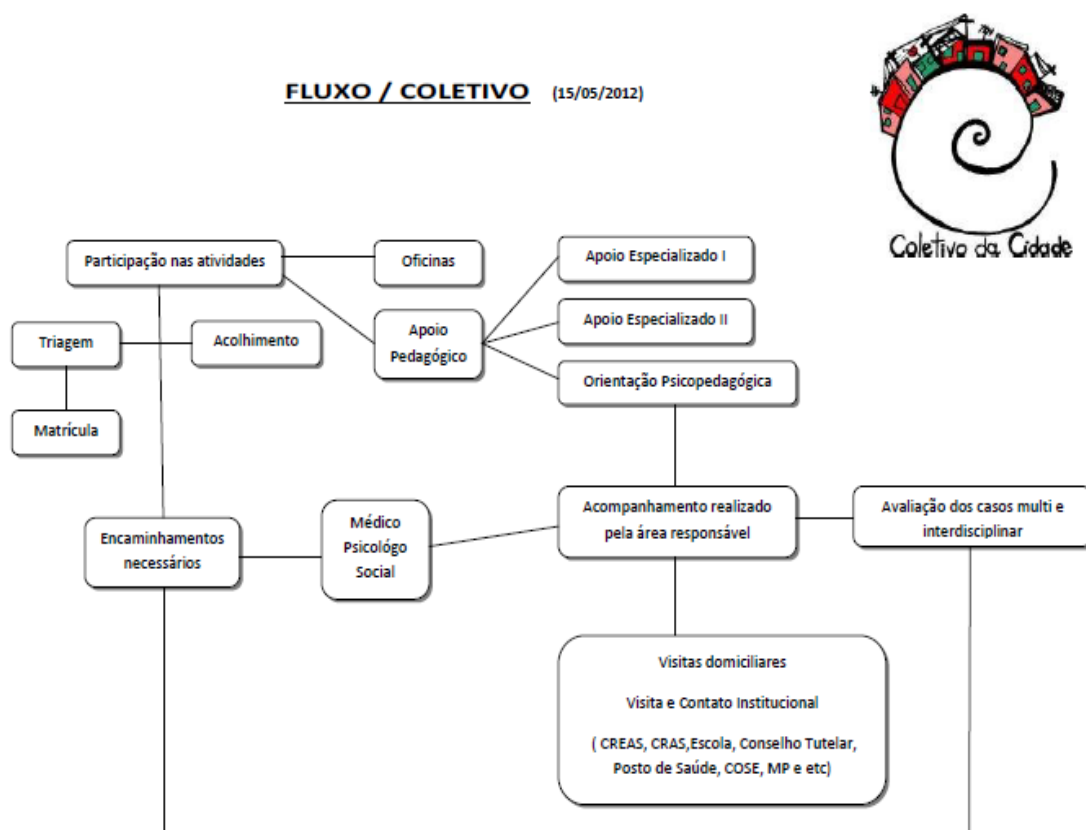
VERGARA, Eva Maria Bitencourt. O significado da categoria mediação no Serviço Social. Apresentado no Seminário Nacional: Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE, Campus de Cascavel, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. “Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira”. In: A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

ANEXOS

1. Fluxo de atendimento do coletivo da cidade

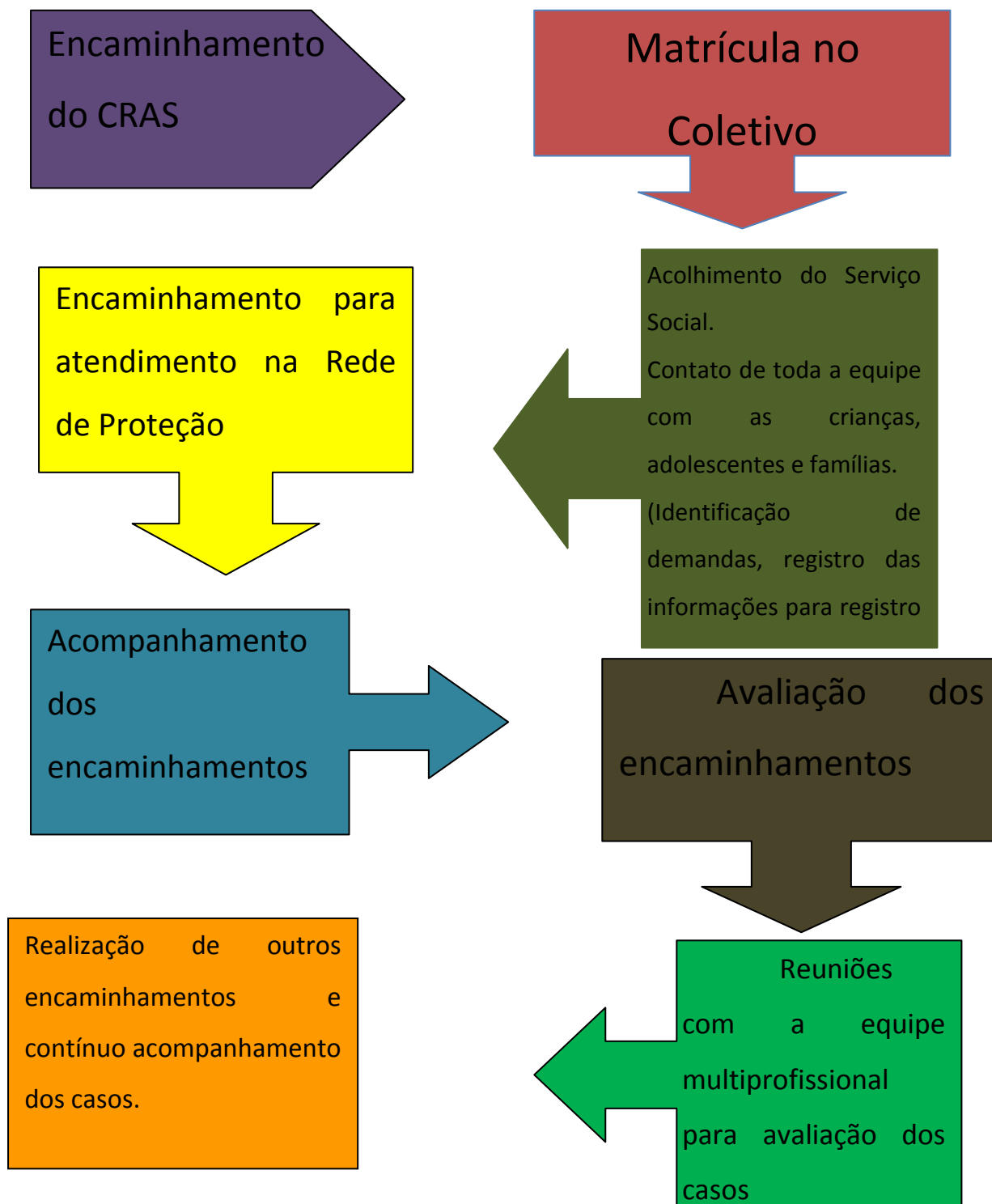
Esse fluxo é uma demonstração do processo por que passam as crianças, adolescentes e responsáveis no Coletivo da Cidade.



2. Acompanhamento dos casos

Este fluxo demonstra o acompanhamento que é feito pelo Serviço Social do Coletivo da Cidade às crianças, adolescentes e famílias, a partir do momento em que realizam a matrícula.

ACOMPANHAMENTO



3. Roteiro de análise da Orientação com as Famílias

Ambiente

O ambiente em que a atividade foi realizada contribui para a execução da prática pedagógica?

Facilidades/Dificuldades

- O horário e dia em que foi realizado eram dias acessíveis aos pais?
- A duração da atividade foi adequada?
- A atividade foi dinâmica?
- Havia lanche?
- Havia um espaço para as crianças ficarem enquanto a atividade estivesse ocorrendo?

Concepção educativa

- Houve uma proposta pedagógica estruturada?
- Os objetivos foram alcançados?
- Houve estímulo à participação, troca de experiências e diálogo?
- A seleção dos conteúdos foi coerente com as necessidades e desejos dos usuários?
- As pessoas foram consultadas sobre seus interesses na atividade?
- As expectativas dos usuários eram conhecidas?
- Quais são os elementos que fazem a “Orientação dos pais” consistir atividade educativa do Serviço Social?
- Como o pensamento de Paulo Freire se relaciona com planejamento e execução da atividade?
- Aspectos positivos e negativos.

Avaliação da equipe psicossocial do Coletivo da Cidade

4. Roteiro de reflexão para análise dos Acolhimentos.

-Das falas dos participantes:

- O que se pode perceber? Qual tipo de discurso é mais recorrente?
- Consegue-se estabelecer um diálogo?
- Os participantes sentem-se à vontade para falar? Participam bastante?

-Assistente social:

- Há imposição de pensamento por parte da assistente social?
- Sob qual perspectiva está sendo realizada a atividade?
- O assistente social utiliza de linguagem acessível?

-Ambiente:

- O ambiente em que a atividade foi realizada contribui para a execução da prática pedagógica? É acolhedor? É organizado?

-Conteúdo:

- É do interesse da comunidade?
- As pessoas foram consultadas sobre seus interesses na atividade?
- Como essa atividade está vinculada ao processo educativo do Serviço Social?
- Quais elementos do pensamento de Paulo Freire estão presentes?

5. Ficha de Acolhimento do Serviço Social

1. IDENTIFICAÇÃO DO/A EDUCANDO/A

Matrícula : _____

Nome: _____

Idade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Sexo: () Feminino () Masculino

Naturalidade: _____

Nome da mãe: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Nome do pai: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO (A) RESPONSÁVEL

Nome: _____

Idade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Sexo: () Feminino () Masculino

Naturalidade: _____

Estado Civil: _____

Nome do/a companheiro/a: _____

RG: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Ponto de Referência: _____

Telefone: _____

Escolaridade: _____

Ocupação: _____

Renda: _____

Faz parte de alguma cooperativa, conselho ou associação? Qual?

Tem religião? () Sim () Não Qual? _____

3. EDUCAÇÃO

Escolaridade: _____ Série: _____

Nome da escola: _____

Período que estuda: () Manhã () Tarde () Integral

Desempenho Escolar: () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

A) Ele/a recebe algum serviço de assistência escolar na instituição de ensino? Qual?

B) Ele/a está inserido em alguma outra atividade além do coletivo? (Vila Olímpica, Reforço escolar, Curso de idiomas, Atividades Culturais)

C) Como ficou sabendo do trabalho do coletivo?

D) Por que se interessou em inscrever o/a _____ aqui?

4. SAÚDE

4.1 O cartão de vacina foi entregue no ato da matrícula e verificada regularidade na vacinação?

Data da próxima vacinação:

4.2 O/A educando/a possui algum tipo de deficiência?

() cognitiva () sensorial () motora () múltiplas capacidades () nenhuma

Recebe apoio? () Sim () Não

Se sim, qual tipo de apoio? _____

4.3 O educando vive com HIV/AIDS?

() sim () não () não há informação

Recebe tratamento para HIV/AIDS?

() sim () não () não há informação

4.4 Nutrição e atenção médica recebida:

a. Gravemente desnutrido b. Desnutrido c. Normal d. Com sobrepeso

e. Obesidade

a. Somente atenção preventiva b. Somente atenção curativa c. Atenção médica preventiva e curativa d. Não recebe atenção médica

4.5 Abuso Infantil Confirmado

() Maus tratos físicos () Abuso emocional/ negligência/ Tratamento negligente

() Abuso sexual

Relato

5. TIPO DE FAMÍLIA

() Encabeçada pelo pai e mãe () Família monoparental () Encabeçada por outro familiar

() Encabeçada por filho menor de 18 anos () Encabeçada por um irmão maior de 18 anos

() Encabeçada por avô/avó () Encabeçada por um tio/tia

() Encabeçada por pessoa que não é da família

Nome	Idade	Grau de parentesco	Sexo	Escolaridade	Emprego	Renda mensal

OBS:

6. HABITAÇÃO

Número de cômodos: _____

Número de cômodos utilizados como dormitório: _____

Infraestrutura: () energia elétrica () Água encanada () Rede de esgoto

Característica da moradia

() Formal () Informal () Nenhuma

Situação do imóvel

() Próprio () Alugado () Própria mas não quitada () Isento de aluguel () Invaso

Não tem casa

Tipo do imóvel

Alvenaria Madeira Lonas Plásticas Taipa Outros

Instalações sanitárias:

Sanitários conectados ao esgoto Sanitários com fossa séptica

Sumidouro com ventilação Sumidouro sem ventilação Balde Fossa séptica seca

Sanitário químico Nenhuma

7. SITUAÇÃO DE SAÚDE DOS INTEGRANTES DA FAMÍLIA

Tipo de comprometimento:

Deficiência cognitiva Deficiência motora Deficiência sensorial Saúde mental

Alcoolismo Drogadição Enfermidades crônicas

Grau de parentesco: _____

Idade: _____ Quando detectado: _____

Tipo de tratamento: _____

8. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em atividade Pendente Aposentado Auxílio Doença

Autônomo Pensionista Sem vínculo Sem contrato há mais de um anos

Em período de carência

9. ACESSO A PROGRAMAS E SERVIÇOS:

9.1 Recebe algum benefício governamental ou participa de algum programa do governo? Qual?

Passe Livre Pão e leite Bolsa / Cesta Verde PBF / Renda Minha /Bolsa Escola

PETI BPC Não recebe

Outro _____

9.1.2 Já recebeu?

9.1.3 Não recebe? Por que não?

9.2 Cadastrado/a no CADÚnico?

9.3 E de alguma outra instituição (ong, igreja, associação...)?

10. Tem mais alguma coisa que você acha importante colocar?

12. E com relação ao/a _____, há alguma atividade ou acompanhamento que acredite necessitar de maior atenção?

10. ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS:

Assistente Social Responsável pelo acolhimento: _____

Data: __/__/__.